

28-1 S  
JCS  
JCS  
Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 44

Aos oito dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, para a terceira reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Artur Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

*[Handwritten initials]* *[Handwritten signature]*

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Artur da Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, José Alberto Martins de Carvalho, António de Sousa Dinis Correia, Fernando António Portela Rocha Andrade, Raul Ventura Martins, Francisco Alves da Costa Braga, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão e João Ferreira da Peixinha, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra deu nota de uma carta do Vogal, António Salavessa, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, cujo teor se transcreve: *"No seguimento da deliberação da Assembleia Municipal relativa à constituição de uma Comissão Eventual de Acompanhamento do Plano de Urbanização da cidade, venho comunicar que, após ponderação da situação e tendo em conta o Regimento (artº57º nº 3), o eleito do PCP decidiu integrar a referida Comissão."*

De igual forma deu também nota de uma carta do Vogal, Fernando Portela Rocha Andrade, cujo teor se transcreve: *"Tendo sido nomeado como membro de um Gabinete do Governo, situação que lhe provoca uma ausência continuada do Concelho e não lhe permite um desempenho normal do lugar para que foi eleito, requer a V. Exª a suspensão do seu mandato de Vogal da Assembleia Municipal de Aveiro."*

A Assembleia não levantou qualquer objecção a este pedido de suspensão de mandato.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Rocha Andrade pediu para se ausentar da sala

Usou da palavra o Vogal Armando Vieira, para solicitar à Mesa que fosse votado um período de antes da ordem do dia.

Submetido o assunto à votação da Assembleia, esta pronunciou-se favoravelmente pela existência do referido período.

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

AS  
Deu  
[Signature]

Vogal Neto Brandão:

*"Em nome da bancada do Partido Socialista congratulamo-nos com a designação do Dr. Rocha Andrade para um Gabinete do Executivo; penso que essa congratulação se estende portanto a esta Assembleia, que tem a felicidade de ver reconhecidos os inegáveis méritos profissionais de um seu elemento, e se não houver objecções, proponha que fosse aprovado um voto de felicitações ao Dr. Rocha Andrade."*

Vogal Armando Vieira:

*"Este pedido tem apenas como objectivo duas questões: quero agradecer à Comunicação Social, a divulgação que fez da nossa intervenção sobre as preocupações expressas nesta Assembleia quanto ao PDM e ao seu Regulamento, profundamente limitador dos direitos das populações e em especial das populações rurais, perspectivando deste modo ajudar o Executivo a imediatamente promover alteração do Regulamento do PDM que muitos e graves problemas está a causar às populações do concelho, em especial aos mais desfavorecidos como todos os responsáveis bem sabem. Esta preocupação não é só da Freguesia de Oliveirinha, mas é uma preocupação que se estende, suponho eu, a todo o concelho rural.*

*Por último, quereria repudiar o rótulo com que fui apodado no passado sábado por um Sr. Professor Universitário, de nome Vital Moreira, que me chamou fascista; estamos a recuperar, estamos a caminhar bem... estamos a recuperar aquelas velhas máximas dos tempos idos do 75, que julgávamos apagadas do glossário nacional e, suponho que algumas pessoas do PP aqui presentes, porque estão de acordo com este Sr. subscrevem este tipo; portanto pela parte que me toca devo dizer que é com muita honra que eu ouço chamar-me fascista, que eu ainda não sei o que é, apesar destes anos todos que levamos de luta, uns contra os outros, comunistas de um lado, fascistas do outro, reaccionários ainda do outro, como agora nos chamam, falta recuperar mais algumas máximas que se usavam no Verão quente de 75, mas lá chegaremos a curto prazo; portanto repudiar veementemente e é lamentável que um homem que todos nós admiramos, que eu me habituei a admirar, como um homem importante na área da ciência na região de Aveiro, se atreva a rotular quem não está de acordo com ele, de fascistas, é miserável que isso aconteça!"*

ff  
Ben  
Paul

Vogal Custódio Ramos:

"Não tencionava usar da palavra, mas face à intervenção do Sr. Armando Vieira, obriguei-me a pedir a palavra neste período de antes da ordem do dia, primeira questão: - parece que o PDM está a causar efectivamente grandes problemas ao Presidente da Junta de Oliveirinha, e se assim é, penso que o Sr. Presidente da Junta, deve não só solicitar à Câmara como já o fez, mas apresentar no seio desta Assembleia, para conhecimento de todos para que tomemos consciência dessa problemática grave que ele evoca, e dizer-nos, para que tomemos conhecimento em pormenor, quais são efectivamente os problemas concretos que o PDM tanto preocupa a freguesia de Oliveirinha e nomeadamente o seu Presidente da Junta. De outra forma levo a concluir que efectivamente ele está arranjar aqui uma bandeira ao abrigo da qual utiliza esta Assembleia e a Comunicação Social para pôr em destaque a Junta de Freguesia e nomeadamente Oliveirinha, relativamente a todas as zonas rurais do concelho de Aveiro.

Segunda questão: - não sabia que o Sr. Dr. Vital Moreira conhecia o Sr. Armando Vieira, de Oliveirinha, porque confesso, sou apoiante da candidatura que o Dr. Vital Moreira apoia e que esteve a defender aqui um dia destes no Teatro Aveirense, mas o Dr. Vital Moreira não sabe que eu existo, não tenho a menor dúvida, mas sabe que existe o Armando Vieira, de Oliveirinha, e, eu gostava então que o Sr. Armando Vieira, explicitasse, porque efectivamente essa questão de dizer que andou a chamar-nos nomes, "a nós os do PSD, e aos do CDS-PP" isso é demasiado genérico para que a gente leve as coisas a sério, de outra maneira, se não explicitar temos que concluir que trata-se de uma mera inventona para mais uma vez manipularmos a Comunicação Social ou tentarmos fazê-lo."

Vogal Fernando Marques:

"Sr. Presidente, uma coisa bastante simples, mas para mim bastante significativa. Tivemos recentemente graves inundações na freguesia da Glória, concretamente na Av. Araújo e Silva e no Largo das 5 Bicas. Queria registar a dedicação e empenhamento da Protecção Civil e de uma maneira muito especial, do pessoal dos Armazéns Gerais, que estavam em suas casas com a família, e à meia-noite ou à 1 hora da noite



foram chamados e disseram presente, ficando aqui por isso o apreço pessoal da Junta de Freguesia da Glória.

Congratulamo-nos também por termos um cidadão da Freguesia da Glória, concretamente o Dr. Rocha Andrade, pelo lugar que lhe foi oferecido no Governo. É uma satisfação que temos e desejo à bancada do PS e a ele, as maiores felicidades."

Seguidamente o Vogal Filipe Neto Brandão, apresentou à Mesa uma Moção cujo teor se transcreve: - A Assembleia Municipal de Aveiro congratula-se com a designação do Dr. Rocha Andrade para integrar o Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e formula os maiores votos de felicidades no desempenho do seu cargo."

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia, a admissão ou não da Moção para discussão, tendo-se este órgão pronunciado favoravelmente pela sua admissão por vinte e três votos a favor e três abstenções, sendo duas do PSD e uma do PP.

Aberta a discussão usaram da palavra:

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, confesso que não vejo bem o alcance desta proposta, parece-me mesmo que será um caso inédito, a Assembleia Municipal pronunciar-se sobre uma colocação de um membro desta digníssima Assembleia, para um cargo que será de Gabinete, não sei se de Ministro, se de Secretário de Estado. Parece-me de facto, pese embora toda a consideração pessoal que eu tenho pela figura do Dr. Rocha Andrade, não me parece que seja de estar a votar nesta matéria, portanto eu vou-me abster, abster-me-ei, apenas para não ser desagradável para não chumbar, porque do ponto de vista político parece-me que de facto isto, é assim uma coisa metida à pressão, que não cabe muito bem nem nos meios nem nos fins e, penso que o Dr. Rocha Andrade não precisa deste tipo de manifestações de apoio para fazer um bom trabalho e para no sítio onde está, eventualmente zelar pelos interesses de Aveiro."

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Que o Dr. Olinto Ravara não tenha percebido o alcance nem o sentido desta proposta não me surpreende; que o Dr. Olinto Ravara perceba alguma coisa é que de per si me surpreende. Atendendo ao percurso do Dr. Olinto Ravara, parece-me no mínimo, e é o sentido que

AI  
beu  
posso considerar unânime desta Assembleia, aliás unânime com uma excepção da pessoa do Dr. Olinto Ravara, uma deselegância que lhe acaba de fazer. Penso que não tinha mais obviamente em mente do que estender as felicitações a um amigo, a uma pessoa que nesta Assembleia sempre se pautou pela maior cordialidade e foi um elemento de reconhecido mérito enquanto aqui esteve, de outras pessoas não posso dizer o mesmo, mas também de outras pessoas outros já falaram delas."

Vogal Vitor Mangerão:

"Lastimo muito assistir nesta Assembleia a pretexto de um acontecimento que é essencialmente de natureza pessoal, a uma troca de galhardetes que se fosse continuada podia levar às tantas a uma discussão partidária sobre questões políticas propriamente ditas, o que eu acho que é de todo descabido; julgo que o que está em causa é uma convivência que se tem registado apesar de tudo entre as pessoas desta casa, neste órgão, de manifestarmos o apreço normalíssimo por aquilo que se considera, uma promoção de ordem pessoal, pelo seu percurso pessoal, neste caso um lugar político não é uma forma como noutras ocasiões, pessoas aqui dentro a ocuparem determinadas funções também falaram disso e também se assumiram como tal e como tal foram aceites; acho que não há que exagerar para não deturparmos o verdadeiro sentido das coisas; acho que qualquer pessoa aqui, que nós possamos considerar, que é promovida e de quem possa ser esperado que Aveiro, concretamente nós, possamos ao fim e ao cabo lucrar todos um pouco dessa promoção, apraz-nos registar, desejando votos. A nível pessoal, acho que sim senhor, o rapaz é novo, é brilhante, é uma óptima pessoa, foi porreiríssimo ir para Lisboa para um Gabinete, pronto, por mim é esta a minha posição e não vamos aqui misturar coisas que não é pretexto suficiente para isso. Vamos discutir política quando chegar a altura da política a sério meus senhores!"

Presidente da Mesa:

"Julgo que este assunto já estava suficientemente esclarecido, e só pedia a todos os presentes para fazerem o favor de ponderarem sobre as suas intervenções para não começarmos a bater em determinados pontos persistentemente e sem qualquer consequência; temos um Relatório ainda longo e vamos ter muito trabalho e vamos sair daqui tarde."

42

Beom  
Vogal

Vogal Neto Brandão:

"Sr. Presidente, queria apenas registar aquilo que parece também óbvio, o Dr. Vitor Mangerão compreendeu plenamente o sentido e o alcance daquilo que eu queria dizer e outra coisa não seria de esperar dele."

Neste momento saiu da sala o Vogal Diogo Machado.

Vogal António Salavessa:

"Queria apenas lembrar que tem sido prática ao longo dos anos nesta Assembleia, certo tipo de votos, de felicitações, de pesar etc, não serem submetidos a votação; formulam-se, não há nenhuma intervenção contrária, fica registado. Ao pedirem a votação criam algumas complicações. Penso que podíamos perfeitamente ter ficado pela formulação do voto. Ao pedir a votação, pede-se de alguma forma uma vinculação que acaba por não ser inócua."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, queria apenas fazer dois comentários: primeiro, surpreende-me que "pelas altas qualidades profissionais, do brilhante, jovem licenciado, Dr. Rocha Andrade", penso que ele ainda não pôde provar as suas brilhantes qualidades profissionais, muito embora possa vir a fazê-lo e todos cremos nisso.

Segundo, supreender-me, Dr. Filipe Brandão, o Sr. foi de uma ausência total de lhanza para com o nosso companheiro de bancada Dr. Olinto Ravara, o Sr. foi ofensivo, o Sr. ofendeu o nosso companheiro de bancada, por essa questão, só por isso é bom que terminemos esta questão, e eu pela parte que me toca também me absterei só por essa razão."

Vogal Jorge Nascimento:

"O Dr. Rocha Andrade, foi uma passagem agradável por esta Assembleia e a sua saída é para nós até, longe de ser de grande alegria, nesse sentido, por ter ido embora e deixar-mos de ter a colaboração dele, é motivo de tristeza, sinceramente o digo, porque realmente deu um contributo válido nas várias intervenções que teve nesta Assembleia e nas Comissões onde pontuou. Entendo que esta Assembleia se deve regozijar com o facto do Dr. Rocha Andrade ir trabalhar para o Gabinete do Sr. Secretário de Estado e a quem desejamos felicidades."

JAS  
Domen  
[Signature]

Neste momento entraram na sala os Vogais Joaquim Abreu e Ernesto Barros.

Vogal Olinto Ravara:

*"Era só para dizer que ao abster-me fiz claramente uma leitura política, porque entendo que assuntos pessoais não devem vir a esta Assembleia, aqui discutem-se questões políticas, questões que dizem respeito ao nosso concelho, não questões pessoais; nessa justa medida, apesar de toda a consideração pelo Dr. Rocha Andrade, não vou votar nem a favor nem contra, porque até entendo, como disse e muito bem o Sr. Salavessa, isto não devia de ser objecto de votação. Agora, o Sr. Dr. Neto Brandão, tem que ter cuidado com as palavras, porque aqui ninguém foi deselegante e de facto não se responde a uma atitude política com insultos, como aquele que o Sr. Dr. me fez de forma gratuita; já ando nisto há uma série de tempo, e não é o Sr. Dr. Neto Brandão, que me vai dizer o que é elegante e o que é deselegante."*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu a Moção à votação da Assembleia, tendo a mesma merecido aprovação por vinte e um votos a favor e seis abstenções do PSD.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - *"Tratou-se de um voto formulado estritamente na base da consideração pessoal, sem incluir nele qualquer juízo sobre a importância do cargo a ocupar ou qualquer expectativa particular quanto aos frutos do seu desempenho."*

Terminado o período de antes da ordem do dia, retomou-se a apreciação e discussão do **PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1996**, no Objectivo 03:

### OBJECTIVO 03 - ACÇÃO SOCIAL

Vogal Olinto Ravara:

*"Relativamente a este ponto, considero que é necessário talvez reforçar esta verba e, à semelhança do que se propôs e foi devidamente aceite no ano transacto, sugeria ao Executivo que, caso a dotação provisional não fosse cumprida, que essa verba residual de dotação provisional, tanto em correntes como de capital, que fosse afecta*



fz  
Bem  
Paul

à "Acção Social"; isto porque as nossas instituições privadas de solidariedade social, fazem um enorme esforço na construção e recuperação das suas instalações, há uma grande procura, tanto na infância, como nos tempos livres, como na terceira idade, para instalações que possam corresponder aos seus anseios, há um grande déficit nesse sector e portanto julgo que a Câmara deveria reforçar se possível, a verba referente à Acção Social e como disse, a contrapartida seria em termos orçamentais uma correspondente diminuição da dotação provisional, caso ela não tenha destino."

Deu novamente entrada na sala o Vogal Diogo Machado.

Seguidamente no uso da palavra e relativamente à Acção Social, o Vogal Bolais Mónica, recomendou à Câmara para que dê um maior apoio técnico e financeiro na construção do Lar de Idosos de S. Bernardo.

Também no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, disse apoiar as intervenções anteriores no que respeita a este objectivo, nomeadamente quanto à necessidade que em sua opinião se constata que se aposte na implementação de Centros de Dia para a Terceira Idade, pois considera que nestes últimos dezoito anos a acção social da Câmara de Aveiro, para idosos, tem sido muito fraca, havendo necessidade por isso de se aumentar a dotação global do objectivo em causa.

A finalizar, disse não lhe parecer muito adequado incluir no objectivo "Acção Social" matéria relativa à Universidade para Terceira Idade, dado considerar que matéria deste tipo deveria ser tratada numa rubrica destinada ao ensino.

Usando seguidamente da palavra o Vogal António Salavessa, começou por dizer que está de acordo com a necessidade de aumento global das verbas atribuídas a este objectivo, em sede de revisão ou de alteração do Plano de Actividades e do Orçamento.

Prosseguindo, solicitou esclarecimentos relativamente ao projecto "Now" - New Opportunities For Woemen - Criação de Empresas para Mulheres, não por pensar que não exista mérito neste tipo de acções, antes pelo contrário, mas gostava de saber se as verbas que estão previstas no objectivo, três mil contos, correspondem de facto a uma eventual melhoria da situação de um número significativo de mulheres, ou

se eventualmente essa verba não seria melhor utilizada noutra rubrica ou noutra inicitiva.

Relativamente à questão do PIDAC, quis saber se há já um conhecimento efectivo sobre o que o PIDAC para 96 reserva para o concelho de Aveiro, ou se é apenas uma projecção daquilo que estava previsto. Disse entender que a discussão deste documento é ocasião importante para se aquilatar se os deputados eleitos pelo distrito de Aveiro de facto têm atenção ou não às questões, às exigências, às promessas e às necessidades do distrito que representam. É de opinião também de que, logo que fosse conhecido o PIDAC, o mesmo deveria ser objecto de uma avaliação por parte da Câmara Municipal e que, independentemente da aceitação, pudesse colocar aos diversos grupos parlamentares, quais são as obras que eventualmente não tenham sido consideradas e que devessem ser; neste aspecto, manifestou desde já a disponibilidade do grupo parlamentar do PCP, que muito embora não tenha eleito nenhum Deputado pelo distrito de Aveiro, está disponível para considerar tudo aquilo que a Câmara Municipal entenda que deva ser colocado à Assembleia da República durante a discussão na especialidade do Plano de Investimentos, dependentes da Administração Central, manifestando também o desejo, de que haja da parte dos outros grupos parlamentares a mesma disposição, e muito particularmente, em relação à obra do Centro Paroquial de S. Bernardo, o grupo parlamentar do PCP, já por si, fará avaliação em conjunto com a Direcção do Centro sobre a verba que vai ser incluída, e se for esse o entendimento, fará uma proposta no sentido do aumento da verba ser considerada ainda para este ano.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Manuel António e Vitor Martins.

Usando também da palavra o Vogal Cruz Tavares, comungou da ideia de que a verba destinada a esta rubrica é escassa; por outro lado e para reforçar a escassez de verbas atribuídas a este objectivo, disse pensar haver um problema de nomenclatura em relação a várias rubricas incluídas nesta acção social, ou seja, de trinta e um itens incluídos neste objectivo, fazendo uma análise dos mesmos chega-se à conclusão que pelo menos um terço, não deviam estar incluídas no objectivo: por exemplo o 01, Apoio à construção da Sede da Junta de Freguesia de Oliveirinha, não lhe parece que nenhuma Junta de Freguesia, muito menos

S  
D

a de Oliveirinha, precise de ser objecto de apoio social; precisará porventura de ser ampliada, construída, demolida etc., mas nunca incluída tal matéria numa rubrica de apoio social; 02, Instalação do Centro Cultural de Esgueira: também a Cultura não é de certeza uma acção social. 03, Projecto e início de recuperação do antigo edifício da Junta de Freguesia de Cacia; 04, Início da recuperação do antigo Edifício da Junta de Freguesia de Eixo; 09, Construção do Centro Cultural de Nariz, mais uma vez isto não é acção social, são sectores completamente diferentes e que têm lugares próprios no Plano de Actividades; 14, Apoio para equipamento da Junta de Freguesia de St<sup>a</sup> Joana; 17, é uma verba destinada ao Centro Cultural de Eixo; 25, é a ampliação de uma Junta de Freguesia, não compreendendo como é que se considera a ampliação de uma Junta de Freguesia uma acção social; 30, é o Apoio à implementação da Universidade da Terceira Idade.

Finalmente fez um apelo no sentido da Câmara fazer uma revisão profunda sobre todos estes conceitos, já que não é só uma questão de palavras, pois em muitos dos exemplos citados, são questões de conceito.

Não se registando mais intervenções sobre o objectivo em apreço, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para explicar que o conceito de acção social foi sempre um dilema desta Câmara na feitura dos Planos de Actividades. Quando a Câmara considera esta situação de apoios, na rubrica "acção social", tem como base não a preocupação de conceito de apoio em termos financeiros para socialmente alguém viver desse apoio, mas sim porque, a Sede da Junta de Oliveirinha, é um exemplo de outras tantas Sedes de Junta, que não são apenas Sedes de Junta, têm a sua Biblioteca, o seu Salão de Festas, a sua Sala de Recepções, Sala de Teatro, Bar, etc., possivelmente até Unidade de Saúde, são portanto estas as situações existentes e daí a Câmara considerar esta matéria neste objectivo.

Relativamente à Universidade da Terceira Idade, disse o seguinte: - *"longe de nós a ideia de estarmos a apoiar pessoas em termos financeiros, considerámos aqui também não uma Escola, não só o Ensino, porque não se trata apenas de ensino, é a vida em comum, é também o aspecto social que está em causa e por isso considerámos também este ensino no aspecto social."*



fr  
Ben  
P

Sobre as verbas do PIDAC, disse apenas haver uma projecção dessas verbas, não havendo ainda verbas definidas, no entanto disse saber que algumas vão ser incluídas, todavia de outras não têm conhecimento, acrescentando que qualquer alteração neste objectivo terá que contar de facto com essas verbas, no entanto terá que se aguardar pelo Orçamento do Estado para se dar alguma orientação nesse sentido.

Finalmente e relativamente à implementação de Centros de Dia, considerou que é altura da Câmara se voltar para essa tarefa e para tanto referiu que são já referidos neste objectivo pelo menos seis espaços destinados a esse fim.

#### OBJECTIVO 04 - SAÚDE

Usou da palavra o Vogal João Tavares, para perguntar qual é o ponto da situação relativamente ao Centro de Saúde de Esgueira.

Usou também da palavra o Vogal Custódio Ramos, para referir que seria mau para a Câmara de Aveiro estar-se a recordar a história do Centro de Saúde de Esgueira, dado que a mesma não honra a Câmara. Assim e à semelhança do que já disse em relação aos Centros de Dia, sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que aposte de uma vez por todas na construção de Centros de Saúde.

No uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por dizer que compartilha da preocupação que o Sr. Presidente da Junta de Esgueira atribui a esta necessidade da população de Esgueira, e por isso, é portanto mais um dos assuntos em que pensa que é necessário, quer o empenhamento político, quer a vigilância da Câmara em relação à efectiva verificação de que o PIDAC para 96, inclua uma verba substancial para o efectivo arranque das obras do Centro de Saúde Esgueira.

Usou também da palavra o Vogal Armando Vieira, para referir que finalmente vê a Unidade de Saúde de Oliveirinha inscrita no Plano, todavia, disse que lamentavelmente será uma verba que não chegará, mas disse acreditar de que o Sr. Presidente da Câmara e a Câmara, façam um esforço para que esta infraestrutura importantíssima seja rapidamente



construída, pois onde actualmente funciona não tem o mínimo de condições para o fim em vista.

Não se registando mais intervenções usou novamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por dizer que está de acordo com aquilo que foi dito, considerou que de facto se trata de um objectivo em que a Câmara deve apostar, mas reconhece que relativamente à matéria em causa não foi alcançado o nível desejado.

Quanto à questão concreta do Centro de Saúde de Esgueira, referiu-se ao preço exorbitante que os proprietários dos terrenos pedem para deixarem implantar lá o Centro de Saúde (duzentos mil contos). Informou também que entretanto surgiu uma hipótese de encontrar uma solução mais fácil para a instalação do Centro de Saúde de Esgueira. Informou que a Câmara está a negociar a hipótese de vir a utilizar a Casa de Almeida d'Eça, onde se encontra instalado actualmente o Lar da Terceira Idade, o qual irá ser transferido para o Lar da Misericórdia a entrar em funcionamento em Oliveirinha e portanto o prédio de Almeida d'Eça, que já foi propriedade da Câmara e que a Câmara por sua vez doou à Misericórdia para lá instalar o dito Lar, está em circunstâncias de voltar à Câmara e sofrer adaptações para lá instalar o Centro de Saúde de Esgueira. Para a instalação do Centro Cultural, a Câmara está a negociar o prédio da esquina da Rua General Costa Cascais, com a Rua João de Moura.

Vogal António Salavessa:

*"Agora fiquei um pouco perplexo com esta intervenção do Sr. Presidente; se bem me lembro foi trazido à Assembleia um Plano de alteração de pormenor, em Esgueira, que contemplava de facto uma área para esta zona de serviços e, eu estava plenamente convencido que seria outro género de problemas que estavam a impedir o arranque do Centro de Saúde Esgueira, tanto mais que, em termos Camarários já havia sido destinada uma área para esse objectivo, afinal vejo que não é assim, vejo que há outras questões, novas ideias, não tiveram ainda qualquer avaliação por parte desta Assembleia e que estão a ser tidas em conta para a construção; penso que isso é que faz atrasar, ora se há terrenos disponíveis por parte do município que possibilitam o arranque de uma construção de raiz para um determinado objectivo, e que sendo uma construção de raiz terá sempre soluções funcionais porventura melhores*

do que a adaptação de um edifício antigo a esse objectivo, queria manifestar a minha surpresa e desejar que não se perca muito tempo e que se reconsidere sempre a possibilidade de construir o Centro de Saúde nos terrenos inicialmente previstos para esse efeito."

Vogal João Tavares:

"Não há dúvida nenhuma que o acordo que fizemos com a Câmara há uns anos atrás, relativamente à permuta de terrenos, nós propusemos à Câmara que adquirisse ali aqueles terrenos naquele local porque achávamos que era o local mais concentrado e seria uma zona de descompressão, aquele cimento armado todo que ali existia, que não houvesse ali mais habitações; acontece porém que segundo agora informações do Sr. Presidente, estão com dificuldade em adquirir os tais terrenos pelos preços exorbitantes que lhe estão a ser exigidos pelos proprietários, portanto, nós aceitamos de bom grado que aquilo é um edifício proposto pelo Sr. Presidente da Câmara que serve plenamente a população, como Centro de Saúde, é um edifício que faz parte do património histórico de Esgueira e portanto satisfaz-nos bem essa ideia, só quero é que de facto isso seja o mais rápido possível, para assim satisfazer as necessidades e os anseios de Esgueira; assim como o Centro de Cultura, portanto para nós é de bom grado ouvirmos isso do Sr. Presidente, espero que estas promessas e estas propostas sejam de facto para uma execução o mais rápida possível, que não seja como no passado que fomos sempre enganados pelo passado."

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

## 2ª PARTE

Pelas 21,30 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Rogério da Silva Leitão, Presidente, António de Sousa Dinis Correia, Primeiro Secretário, João Gabriel Ferreira Santos, Segundo Secretário e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões,

Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Artur Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, João Pedro Simões Dias, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade e Libério da Silva Santos.

Seguidamente retomou-se a apreciação e discussão do seguinte objectivo:

#### OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Vogal João Tavares:

*"Quero aqui apresentar a minha preocupação em relação às habitações sociais, a carência que a minha freguesia neste momento dispõe delas. Fizemos um levantamento a nível de Freguesia e a verdade, há dois meses as necessidades apontavam para oitenta habitações, necessidades mais que prementes. Já tive ocasião de manifestar esta minha preocupação em relação a este sector, ao Sr. Presidente, ele também se sente de certa maneira sensibilizado para isto, eu queria ver se a Câmara e a Junta da Freguesia, mas claro que tínhamos que ter o aval da Câmara, a ver se conseguíamos fazer a aquisição de terrenos para que num futuro próximo se pudessem fazer habitações sociais. Também existe em Mataduços um terreno que era da A.M.A., que neste momento é pertença da Câmara Municipal, se poderíamos fazer a exemplo de uma que estamos a fazer em Tabueira, auto-construção, em que é apoiado pela Câmara e pela Junta de Freguesia e pelo próprio proprietário, se poderia*

*fazer também nesse terreno da AMA em Mataduchos, se poderia também ser executado lá um projecto para acudirnos a algumas situações difíceis de jovens casais que não têm condições de habitabilidade, vivem com os pais e por vezes há separação do casal porque não se entendem e para evitar essas situações queria ver se a Câmara punha em acção um projecto para aquele terreno, para ver as habitações que lá se poderiam executar, de auto-construção ou pela Câmara e Junta, de qualquer dessas maneiras, para que isso tivesse acção imediata, era este o pedido que eu deixo aqui à Câmara."*

*Vogal Dias da Silva:*

*"Começaria por congratular-me com a intenção da Câmara relativamente ao Programa 01 - Habitação, no que concerne essencialmente na preocupação de uma desincentivação da construção clandestina, deixa-me por um lado satisfeito, mas por outro lado um bocado preocupado e, deixaria aqui uma questão à própria Câmara que é o seguinte: o que é que já foi feito em termos de fazerem com que os ciganos que estão naquele bairro clandestino situado na zona das Queimadas, junto à lixeira, que há muito foi levantada essa questão, gostaria de saber o que é que foi feito até agora; e, este facto tanto me preocupa quanto mais, conforme notícia relatada no Diário Regional no dia três de Janeiro do ano em curso, em que houve um confronto com a Polícia, quando esta procurava fazer uma rusga em busca de narcotraficantes; são meia dúzia de casas que lá estão, quando aquilo for amanhã um bairro ou um aquartelamento dos ciganos, eu gostaria de saber como é que a Polícia poderá ter acesso para atacar uma situação destas, que como sabemos é preocupante para todos nós.*

*Relativamente ao programa 02 - Planeamento Urbanístico, folgo também em saber que no documento é referido que a Câmara Municipal estará atenta ao desenvolvimento dos processos relativos ao PROT do Centro Litoral, Plano de ordenamento da Orla Costeira e ao da Bacia do Baixo Vouga. Gostaria de saber se fosse possível, quais são as intenções ou as acções que eventualmente estarão nos Planos da Câmara, no sentido de desenvolverem a curto prazo qualquer uma destas acções.*

*Gostaria de deixar aqui expresso e recordar às pessoas, pelo menos àqueles que conhecem mínimamente a Ria, que o concelho de*



JF  
Dias  
P. 17

*Aveiro está a ser despojado neste momento de grandes faixas de terrenos; a erosão marítima está a roubar terrenos a Cacia e concretamente ao concelho de Aveiro; é evidente que está em estudo, está em execução já numa primeira fase um dique, mas um dique não vai resolver totalmente o problema. Esta situação vai continuar a agravar-se e quem conhece as Ilhas Testada, Parrachil etc, poderá confrontar-se hoje com a perda de terreno em favor da invasão marítima e se não houver medidas a curto prazo que possam ser encetadas e onde a própria Câmara também terá um papel preponderante na defesa dos seus terrenos, penso que vamos perder uma grande quota de valor, inclusivé até o problema que acontece com a própria salinização dos terrenos, portanto Cacia vai perder cerca de mil hectares com a construção deste troço de dique que está em construção, cerca de mil hectares que não vão ficar protegidos e ao mesmo tempo não sendo protegidos estes terrenos, também não será protegida de facto parte da riqueza do concelho de Aveiro."*

Neste momento entrou na sala o Vogal Filipe Neto Brandão.

Vogal António Salavessa:

*"Era um pedido de esclarecimento ao Sr. Eng<sup>o</sup> Dias da Silva; há muito tempo que se fala nas obras de defesa do Baixo Vouga e, a questão do dique é uma questão que me tem preocupado pessoalmente e à força política que represento e tem-se levantado últimamente muita polémica, muitas objecções, muitas interrogações sobre a utilidade ou não desse dique na defesa dos campos do Baixo Vouga contra as ameaças que citou. Queria perguntar se o assunto já foi devidamente ponderado na freguesia de Cacia, em termos de Junta ou de outras instituições, e de facto qual é a posição da Junta de Cacia em relação a esta questão, se a sua opinião traduz ou a sua preocupação traduz uma opinião mais geral, particularmente com os agricultores dessa freguesia, gostava muito de conhecer essa posição."*

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Ernesto Barros, Fernando Marques e Élio Delgado da Maia.

Vogal Dias da Silva:

*"A opinião da Junta de Freguesia, é uma opinião que penso que pública, inclusivamente veio uma notícia no Jornal de Notícias, alusiva a esse mesmo tema, é evidente que essa situação tem sido questionada por vezes na própria Junta em colaboração com os próprios agricultores*

A  
Jen  
[Signature]

interessados no assunto e a obra em questão é de facto uma obra que interessa; como eu referi à pouco, talvez não seja a obra ideal, nós entendemos que a obra ideal seria a célebre estrada Aveiro/Murtosa, porque, como também referi há pouco, há uma faixa de cerca de mil hectares de terreno que caem de fora da zona de protecção que é abrangida por este dique, mas de qualquer forma há uma outra grande parte ainda dos terrenos de Cacia que estão protegidos, não haja dúvidas que o grande melhoramento é essencialmente para os campos de Angeja, Canelas e Fermelã, mas cai também dentro dessa faixa uma grande parte dos terrenos de Cacia; há uma outra parte, a poente da Murraceira, Vilarinho que realmente não foram abrangidos por esta parte que infelizmente são terrenos de aluvião bons para a cultura, aliás onde já outrora se cultivou o arroz e também essencialmente para pastagens para criação de gado, é pena que grande parte do projecto não englobasse essa faixa de terrenos, mas de qualquer forma é melhor ter alguma coisa do que de facto não ter nada. Posso dizer também que nestas chuvadas próximas do Natal o teor de salinidade na água do rio, na zona de captação da fábrica, atingiu 1,5g/litro, o que é um número muito superior ao normal, que anda na casa dos 50mg/l, isto é um avanço claro das águas salgadas que entram pelo Rio Vouga acima, e se não fôr feito de facto nada, põe em risco, a continuação da agricultura."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Vitor Martins, Vitor Mangerão e João Peixinha.

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, constantemente ouvimos nesta Assembleia outras Juntas a lamentarem-se que têm falta disto ou daquilo, estão a defender a sua dama e achamos que fazem muito bem; no entanto já têm Pavilhões, já têm habitação social, no fundo já têm de tudo um pouco: Sr. Presidente, acho que era altura de começar a pensar em olhar para a Freguesia da Vera-Cruz, porque nesta Freguesia nada existe a não ser a Av. Dr. Lourenço Peixinho; em termos sociais e em habitação social o que existe é zero, e pelo que vimos, pensamos que não há ideias para se fazer alguma coisa; penso que a Câmara até possui dentro da freguesia da Vera-Cruz alguns terrenos; dentro da sensibilidade que o Sr. Presidente me acostumou, pedia-lhe e agradecia-lhe que começasse a pensar na habitação social na Freguesia da Vera-Cruz."

81

Aveiro

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.  
Vogal Cruz Tavares:

*"Desejava fazer algumas observações que naturalmente serão observações críticas, dado que as observações de apoio estarão naturalmente a cargo da bancada que apoia o Executivo; não quer dizer que eu não tenha algumas razões de apoiar algumas iniciativas que estão expressas neste objectivo 05, mas compete-me falar apenas daquilo que me parece criticável: em primeiro lugar o Objectivo 05, diz respeito à habitação e urbanização e é decomposto em quatro programas: 01, Habitação, 02, Planeamento Urbanístico, 03, Iluminação e o 04, Urbanização. Suponho que a escolha destes títulos e também a ordem pela qual são incluídos no Plano de Actividades, tem mais a ver com a questão de como é que eles se processam naturalmente, ou como é mais lógico seriá-los, do que com preocupações ou necessidades contabilísticas; suponho que estamos a tratar de um Plano de Actividades e não de um Plano ou de um Orçamento; deste ponto de vista, suponho que em primeiro lugar, os programas não estão colocados pela ordem mais lógica, ou seja, o processo de construção do território, da habitação etc, começa naturalmente pelo Planeamento Urbanístico, portanto eu defenderia que este deveria ser o primeiro programa nº 1; a seguir, ao Planeamento Urbanístico, vem a Urbanização, defendo portanto que em vez de ser o nº 4, esse devia de ser o 2º programa; depois de se urbanizar constrói-se, dentro da ordem natural das coisas, então a habitação deveria ser o 3º programa, finalmente a Iluminação pública, dado que é um complemento da habitação, seria naturalmente o 3º ou 4º programa, é discutível. Se não houver outra imposição, por exemplo de ordem contabilística, esta parece-me ser a ordem mais lógica; mas a lacuna que aparece nesta programação e também aparece na distribuição de verbas, é o quinto passo de um objectivo como este, será o da manutenção do património construído, e não está justificado, não sei se estará eventualmente incluído em alguma das verbas que estão aqui programadas, mas o que é certo é que muitas Câmaras e também a de Aveiro, esquece que tudo o que é construído tem que ser mantido, e não há verbas específicas para a manutenção do património municipal, quer de habitação, quer de circulação etc, neste objectivo; por exemplo a Câmara construiu vários Bairros Sociais, e de facto nem nos programas, nem na*



prática levou a cabo este passo indispensável no planeamento da actividade, que é a manutenção desses bairros.

A Quinta do Griné, a manutenção não se sucedeu à construção e portanto ainda há várias deficiências na Qt<sup>a</sup> do Griné, tal como há no Bairro do Caião. Há todo um património edificado pela Câmara, mas que depois não foi cuidado ao longo dos anos; já não falo no caso que é um mau exemplo para o município, se bem que durante anos tivessem sido aproveitados vários alibis para o estado em que o bairro se encontrava e se encontra agora e que é o caso do bairro social da Bela-Vista. Este bairro está realmente em condições muito más, quer no aspecto visual, quer em relação às condições que interessa às pessoas que lá vivem, e de facto o alibi que tem sido usado até há algum tempo, era de que aquele bairro pertencia ao Estado. Ora bom, durante algum tempo as populações que viviam e vivem no bairro da Bela-Vista, foram incentivadas, a meu ver bem, para reconverterem as construções, fazerem auto-construção e a própria Câmara dispôs-se a auxiliar os habitantes no sentido de dar condições de habitabilidade razoáveis àquele bairro que foi construído com divisórias de madeira; o bairro não melhorou muito desde há dez anos, e eu chamo atenção para a Câmara que seria uma boa medida incluir neste Plano de Actividades, uma verba avultada para custear a manutenção de um património municipal construído, quer no sector da habitação, quer no sector dos arruamentos."

Não se registando mais intervenções, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por se referir à questão levantada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira, concretamente no que se refere à carência de habitação social na freguesia e ainda à possibilidade de aquisição de terrenos, bem como o terreno da A.M.A. para auto-construção, tendo informado que este último é já propriedade da Câmara e que a ideia inicial é de o disponibilizar para habitação social.

Acrescentou que não foi fácil no ano que terminou obter apoio financeiro por parte do INH; este instituto tendo em conta a não solução dos ex-créditos do FFH, dificultou o financiamento para novos empreendimentos em termos de habitação social; já na parte final do ano que terminou, verificou-se uma abertura porque, tendo em conta negociações que estão em curso sobre esta matéria, negociações essas que têm protocolo feito, mas que se luta para que essas negociações



sejam melhores para a Câmara Municipal, protocolo que a seu tempo será tornado público e, nessas circunstâncias neste momento temos o entendimento da parte do INH, que de facto a Câmara Municipal de Aveiro não deve nada ao Instituto Nacional de Habitação, a negociação que tem em causa é com a Caixa Geral de Depósitos, a partir daí e com a participação do Sr. Secretário de Estado, actual, conseguiu-se desbloquear já alguma decisão relativamente a financiamento de habitação. Assim, a Câmara tem esperança de desenvolver acções novas em termos de habitação social e, uma das primeiras situações, posso até anunciar, trata-se da compra de apartamentos, (está já desbloqueado) que eram propriedade do IGAPHE, alguns no Caião, outros no Griné e Santiago.

Relativamente ao problema dos ciganos, disse que a Câmara está atenta ao problema e que irá tomar providências no sentido de que os problemas que foram apontados venham a ser eliminados.

No que respeita aos problemas do Baixo-Vouga, disse ter dado sempre conta de que a Câmara nunca acompanhou muito os problemas do Baixo-Vouga, naturalmente porque também não foi informada, fez parte do Conselho da Bacia do Vouga, mas nunca teve uma intervenção muito grande e por força exactamente da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Cacia que enviou à Câmara cópia de uma carta dirigida ao Sr. Ministro, na qual se manifestava grande preocupação pelos problemas do Baixo Vouga, carta essa que foi distribuída por todos os Vereadores da Câmara, a Câmara oficiou também às entidades competentes no sentido de poder fazer uma maior intervenção relativamente ao Baixo Vouga; trata-se portanto de uma nova posição que se pretende imprimir à Câmara em relação ao Baixo Vouga, acompanhando os outros intervenientes, neste caso a Junta de Freguesia de Cacia.

No que se refere à elaboração de Planos de Pormenor fez o ponto da situação relativamente à execução dos mesmos.

Finalmente e no que respeita ao Bairro da Bela-Vista, disse que é feita uma referência, prevendo-se o estudo e reconversão dos bairros pré-fabricados da Bela-Vista, do Paço, Eixo e S. Jacinto. Informou também que a Câmara chegou já a pensar em vender as casas todas aos moradores, ou dar as casas aos moradores, no sentido deles depois por si

em termos de auto-conservação as recuperarem, umas foram desta forma recuperadas, outras por dificuldades económicas dos seus moradores, não sofreram qualquer beneficiação. A Câmara também já fez um estudo com vista a encontrar na mesma área um novo terreno com vista à construção do novo bairro social, substituindo-se assim o da Bela-Vista, cuja degradação na generalidade das habitações é evidente.

### OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

Vogal Custódio Ramos:

*"No ano passado falava-se na preocupação da Câmara em instalar o Deco-Centro, este ano não se fala disso, quem tiver um frigorífico velho põe-no à porta, a Câmara não está preocupada com isso; apesar disso, começamos já a ter os primeiros indícios dos custos da privatização do transporte e recolha de lixos, nomeadamente os resíduos sólidos. No ano passado por exemplo os resíduos sólidos tinham um orçamento de 86 500 contos e este ano 196 mil contos; a parte relativa à higiene pública tinha um pequeno orçamento simbólico de 6 200 contos e este ano só tem mais oitenta e tal mil, são 87 912; na parte do programa relativo aos Cemitérios, penso que isso aí não terá grande influência, há uma diferença ligeiramente maior, mas que obviamente não tem nada a ver com isto. Portanto, resumindo, nos resíduos sólidos e na higiene pública, onde aparece a prestação de serviços, da recolha e transporte e destino final dos resíduos sólidos urbanos, já estamos a ver o que vai custar ao município, grosso modo, obviamente não é este rigor de verbas, mas já estamos a ver o que é que vai custar ao município esta medida de privatizar apenas o transporte, a recolha e a lavagem de alguns contentores, alguma varredura ou desinfecção de arruamentos, etc.. É evidente que se não se tivesse privatizado, as verbas constariam porventura noutras rubricas, mas não, quanto a mim, desta forma tão clara e tão gravosa. Depois deixou-se cair esta ideia da separação dos resíduos sólidos, não se fala aqui em preocupações de separação, não se vê portanto como é que o sistema vai funcionar, e a criação dos aterros sanitários também continuamos a trabalhar à antiga portuguesa. Enfim,*

são preocupações que me surgem ao ler este capítulo e que gostava que a Câmara esclarecesse esta Assembleia quanto a estas questões."

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, relativamente a esta questão, gostaria de colocar uma grande questão que se prende com a inserção do Município de Aveiro na Rede Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos, concretamente o problema da instalação das lixeiras: gostaria de saber se há algumas novidades relativamente a este processo que, como todos sabemos apontava para a instalação de uma unidade do sistema no Cardal, contígua a Aveiro, isto prende-se também com o problema da resolução interna dos resíduos sólidos e, penso que quanto a isso o nosso Plano é uníssono; não vejo uma postura de grande vontade política no sentido de resolver ainda que para o próximo ano ou neste ano de 96, resolver o problema das lixeiras; creio que vai sendo tempo de se pensar, seja o município de per si, seja em colaboração com outros municípios vizinhos na resolução definitiva deste grave problema. Há lixeiras um pouco por todo o lado e custa-me muito passar pelas freguesias rurais e ver que de facto não há respeito, tanto da parte dos cidadãos, como da parte das empresas, portanto há vários responsáveis, e eu penso que a Câmara já devia de ter tido aqui uma postura mais eficiente, se calhar até mais profiláctica, mais radical no combate deste problema.

Gostaria de chamar atenção também para um facto premente para o qual fui alertado por estas cheias recentes. Devo dizer que muitas das casas do Rossio sofreram inundações no primeiro andar porque a água entrou pelas sanitas e isto quer dizer que o sistema de esgotos na zona do Rossio está completamente entupido, tornando-se necessário resolver este problema o mais urgente possível.

Relativamente à higiene pública, vejo neste Plano uma medida que pelo menos eu já há um certo tempo venho pugnando que é a privatização dos Serviços de Limpeza, sabendo que a privatização de determinados serviços e nomeadamente dos serviços de limpeza pode resolver o grave problema da falta de pessoas disponíveis para fazer este trabalho difícil e ingrato. Espero bem e cá estaremos para acompanhar a forma como a limpeza da nossa cidade é tratada, para em todas as Assembleia Municipais dar conta do bom exercício desta função que agora é privatizada."



f.p.  
Ben  
Paul

Vogal António Salavessa:

*Em termos de comparação quanto é que o município gastou naquilo que já temos contas, que é 1994, quanto é que o Município gastou em 1994 nesta área? consultando o Relatório de Actividades de 94, chegamos a um número: - em todo o sector de Serviços de Higiene e Limpeza, o município gastou cerca de 200 mil contos, isto no ano de 94, e esses 200 mil contos integra uma transferência corrente de 47 mil contos para qualquer lado, que nesta altura não me é possível perceber; mas sem essa transferência corrente, o município gastou em pessoal, na manutenção das viaturas, em combustível, etc., etc., gastou 151 mil contos no total do serviço e agora o município propõe-se dar 247 mil contos a um privado para fazer um serviço; mas será que o município não gasta mais? gasta! gasta além dos 247 mil contos, o município vai gastar muito mais, porque no orçamento ainda lá está 68 mil contos com despesas de pessoal; ainda lá está 20 300 contos, como bens não duradouros, ainda está além destes 247 mil contos, ainda estão mais 110 mil contos; quer dizer, um sector que há um ano custava ao município 151 mil contos, agora vai gastar 360 mil contos, números redondos, é um escândalo, privatizações destas? venham elas! venham todas! é evidente que não há empresa nenhuma que não queira um negócio assim...! é uma diferença tão grande que se o município gastasse por ano mais vinte ou trinta mil contos em investimentos, que é uma verba vultuosa em investimentos, dava para pôr aí o melhor serviço de recolha do lixo do país, em meia dúzia de anos. Isto é um escândalo, e por ser um escândalo, visto que esse assunto veio a esta Assembleia Municipal e teve a oposição da CDU e foi aprovado na Câmara por quem foi aprovado, que digo, é preciso também ter autoridade, pelos comportamentos anteriores para denunciar as situações."*

Vogal Raul Martins:

*"Sr. Presidente, o grosso da minha intervenção está prejudicada por aquilo que disse o Sr. Salavessa. Eu ia fazer uma intervenção muito semelhante, com números muito semelhantes, iria concluir que, se a recolha de resíduos sólidos urbanos que hoje se verifica é uma vergonha, a sua privatização da forma como foi feita é de facto um escândalo; uma vergonha aquilo que se passa, um escândalo aquilo que se propõem fazer."*

JF  
Jen

Gostaria que fosse dito a esta Assembleia o seguinte: aquando da proposta de privatização dos resíduos sólidos urbanos, foram levantadas aqui muitas objecções, e a Câmara comprometeu-se a superiormente fazer a pergunta se essa privatização era ou não legal. Vejo aqui expressa essa posição da Câmara, do que pressuponho que já tem uma resposta positiva a isso. De qualquer maneira, até hoje, como sempre, e isso de facto este Executivo prima por isso, porque se compromete perante a Assembleia a aqui trazer algumas coisas que são pedidas e depois nunca tráz, estou-me a lembrar que na última reunião o Sr. Presidente da Câmara se comprometeu perante mim a dizer o que é que se passou com o terreno junto do ISCA e óbviamente houve hoje um período de antes da ordem do dia e nada disse, o Sr. Presidente certamente se apercebeu que eu estive calado e não insistia sobre isso, mas é só para demonstrar que a maior parte das perguntas que nós aqui fazemos caem em saco rôto e quando há respostas as pessoas guardam para eles, assim como guardam outras coisas que à frente, ainda hoje, penso eu, falaremos."

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, desejava fazer uma rápida intervenção suscitada pela intervenção do meu colega de bancada Dr. Olinto Ravara, na referência que fez ao problema dos esgotos do primeiro andar das casas do Rossio. Suponho que essa situação se deve a desde há longos anos, não se ter encarado a solução daquilo que é uma realidade inultrapassável e que ninguém vai poder resolver senão por um processo com pés e cabeça, pensado e depois executado na sequência dos estudos que se fizer. Essa situação é a seguinte: existem esgotos domésticos e industriais, drenando para os braços urbanos da Ria; é uma situação que não pode ser resolvida demolindo os sistemas da recolha de líquidos, de efluentes líquidos que existem, alguns com dezenas ou mesmo centenas de anos, ou seja, é necessário que se parta da situação existente e os estudos comecem aí. Já várias vezes defendi que a solução é aproveitar o que existe e conduzir os esgotos domésticos que vão para a Ria, contê-los em drenos próprios, um em cada margem, e conduzi-los a um exutor submarino junto das Pirâmides, não há outra solução. Se há esgotos no primeiro andar, Sr. Dr. Olinto Ravara, é porque os esgotos estão todos desentupidos, estão todos abertos, só que têm dezenas de anos e quando

há marés vivas todo o líquido que do primeiro andar é lançado para a sanita, fica lá, quando o volume dos canos estiver completamente preenchido, vai para os pavimentos naturalmente, o sistema está a funcionar perfeitamente, só que é necessário conter os esgotos que vão para a Ria e levá-los algures para as Pirâmides. Isto custa um estudo especializado, mas é uma obra viável, uma obra que já devia ter sido feita há vinte anos."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, também não posso deixar de lembrar que a Freguesia da Vera-Cruz, também tem grandes carências de saneamento. Chamo até a atenção da zona de Sá-Barrocas, mais propriamente a Ilha do Canastro, que o saneamento é em céu aberto."

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, a minha intervenção é suscitada a propósito da recolha e transporte de lixos, pelas intervenções aqui havidas do agrupamento do Partido Socialista e do agrupamento do Sr. Salavessa, também. Foram comparados dados e por isso essas intervenções suscitam outro tipo de perguntas: a primeira pergunta e a primeira questão que eu ponho é que, foram comparados dados por um lado, do Relatório de Actividades, concretamente o de 94, com o Plano de 96; enquanto que o Relatório são despesas realmente efectuadas, as do Plano são despesas projectadas; portanto nada garante, que esta verba prevista no Plano venha a ser efectivamente gasta, mas, ainda que se viesse a gastar esta verba, outras perguntas urge fazer, em termos de política de recolha e transporte de lixos: a primeira pergunta é se: o serviço que tem sido feito é ou não bom para o município? e importa comparar se o serviço que venha a ser feito merece ou não diferença de custos, dando de barato que o custo é superior. Outra pergunta ainda, é se a autarquia se debatia ou não com dificuldades exageradas de poder ou não continuar a fazer este serviço, ou seja, se a continuação deste serviço público era ou não viável ser feito pela Câmara? a desproporção de valores é realmente enorme e eu desejaria fazer uma pergunta sobre se, estando agora quantificada esta verba que realmente aponta para os duzentos e quarenta e sete mil e tal contos, se o Relatório e Contas de 94 não tem outras verbas dispersas por outras rubricas que sejam também imputáveis a este serviço?"



*Importante será, avaliar o serviço que vai ser feito, em termos de perfeição e só depois poderá haver uma opinião verdadeiramente válida, sobre se valeu ou não a pena em termos de escolha política a seguir na recolha dos lixos."*

Não se registando mais intervenções, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por informar que a separação dos resíduos sólidos é naturalmente da responsabilidade da empresa que executa esse trabalho.

Relativamente à questão do aterro sanitário regional, disse tratar-se de uma matéria que está a ser tratada a nível nacional e que a Câmara também foi oficiada no sentido de dar o seu parecer quanto à sua instalação, a Câmara deu esse parecer, enviou-o à CCRC, contudo a partir disto não teve mais notícias, aguardando neste momento definição sobre o assunto.

No que se refere ao problema motivado pelas recentes cheias na Beira-Mar, com os esgotos domésticos, disse aceitar a sugestão do Vogal Cruz Tavares e que a Câmara terá que encarar o problema e mandar efectuar estudos com vista à resolução deste problema.

Sobre a questão dos terrenos atribuídos à Cooperativa de Ensino St<sup>a</sup> Joana, informou que houve uma cedência de uma parcela de terreno por parte do IGAPHE àquela Cooperativa, com a concordância da Câmara Municipal, contudo disse não poder avançar mais pormenores sobre este assunto, dado não ter presente o processo, mas que o Vogal Raul Martins poderá consultá-lo na Câmara quando quiser.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Vitor Silva, que prestou também os esclarecimentos tidos por convenientes relativamente a questões que foram levantadas no âmbito do seu pelouro.

#### OBJECTIVO 07 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Vogal Olinto Ravara:

*"Relativamente à Protecção Civil, gostaria de chamar atenção para um aspecto que me parece que não está muito correcto no Plano de Actividades, para além das magras verbas que são concedidas aos*

*Bombeiros e os Bombeiros são a componente principal da Protecção Civil no concelho, chamaria a atenção do Executivo para a necessidade de pelo menos duplicar o apoio financeiro aos Bombeiros.*

*Gostaria também de chamar atenção para uma verba de doze mil contos, que está aqui consignada a título de participação às corporações com as entradas nas feiras. Confesso que não percebo a razão de ser da inclusão desta verba, porque esta verba corresponde a 25% do total das receitas entradas; quer isto dizer que os restantes 75% vão para a Câmara Municipal de Aveiro. Não vejo onde é que a receita de 75% está registada no Orçamento da Câmara Municipal, e isto não é tão pouco quanto isso, isto quer dizer que há aqui um diferencial de quarenta e oito mil contos de receitas entradas, para estes doze mil contos aqui inscritos a título de despesa, há aqui um diferencial de trinta e seis mil contos, que eu gostaria que o Sr. Presidente me explicasse porque é que não consta no Orçamento das receitas correntes; ainda admitiria que isto pudesse entrar na rubrica de Mercados e Feiras, mas na rubrica de Mercados e Feiras, onde eu penso que só estão registados os alugueres dos Pavilhões e dos terrenos das Feiras, apenas está inscrita uma verba de trinta mil contos, agradecia que me explicassem isto.*

*Uma outra questão que eu gostaria de chamar atenção do Executivo, tem a ver no caso concreto com os Bombeiros Velhos. O Sr. Presidente cessante, Dr. Girão Pereira, num gesto de muito boa vontade pediu no âmbito da cooperação com Cabo Verde, pediu aos Bombeiros Velhos que fosse doada uma viatura, isto em 93, e os Bombeiros Velhos corresponderam ao apelo do Dr. Girão Pereira e doaram uma viatura usada e para além disso ainda doaram uma ambulância na expectativa do Dr. Girão vir mais tarde a recompensar com uma viatura nova, que se orçamentava na altura em oito mil contos; pois eu penso que era altura de ser repostada aquela expectativa que foi criada aos Bombeiros Velhos em 93. Todo o apoio, toda a atenção que puder ser prestada aos Bombeiros não é demais, porque de facto os Bombeiros dão a vida pelas nossas vidas e pelos nossos bens."*

*Vogal Custódio Ramos:*

*"Começo por referir que subscrevo na íntegra a intervenção do Dr. Olinto Ravara, faço minhas as palavras dele e acrescento o seguinte: quando é que a Câmara resolve de uma vez por todas fazer um*

A. J.  
Jorge Nascimento

protocolo com os Bombeiros Voluntários? penso que tal protocolo devia ser estabelecido numa concertação entre o Executivo e as Direcções dos Bombeiros, no sentido de elaborarem um protocolo com ambas as corporações, saber quais os serviços que eles hão-de prestar para além daqueles fortuitos inerentes à Protecção Civil e estabelecer-se um protocolo de tal forma que eles saibam, como acontece com alguns grupos na área da cultura, deste concelho, em que eles sabem mês a mês quanto é que existe na Tesouraria dessa Associação, e eu pergunto porque é que os Bombeiros hão-de estar à espera que lhe caia de forma meramente casuística este subsídio anual que lhe é atribuído na parte do apoio às corporações. Preconizo que a Câmara deva empenhar-se no diálogo de maneira a encontrar um texto de um protocolo em ordem a que cada corporação saiba que mês a mês entra na sua Tesouraria determinada importância."

Vogal Jorge Nascimento:

"Faço minhas as palavras que acabaram por ser ditas pelo Sr. Dr. Olinto Ravara e pelo Sr. Custódio Ramos, a respeito do Serviço de Protecção Civil, designadamente dos Bombeiros; acrescento algo todavia, considerando que isso é ponto assente, este Serviço de Protecção Civil é um serviço de suprema importância para os municípios; é um serviço que se desempenha com perfeita aceitação do município e de plena necessidade. Portanto a Câmara no meu entender, deveria celebrar com os Bombeiros da cidade um protocolo ou coisa semelhante, mas, a celebração desse protocolo poderia ser informada pelas participações e ajudas, devia haver um conhecimento dos factos completo da situação das duas Corporações da cidade, para se saber quais os benefícios a atribuir a uma e a atribuir a outra. Importa que as Corporações exerçam um serviço eficiente, pleno, completo, sem carências de fundos. Importará saber também, penso que as Corporações de Bombeiros, ao receber benefícios devem informar de onde lhe vêm as outras receitas e, a Câmara na medida do possível, seria este no meu entender o sentido do protocolo ou contrato a desenvolver com as Corporações, seria o de saber e portanto a Câmara colmatar as carências financeiras.

Também importará saber quais os serviços desempenhados à Comunidade por uma e outra Corporação, isso em meu entender é ponto assente, penso que qualitativamente são iguais, quantitativamente não são



As  
Ben  
e a Câmara na atribuição dos subsídios deve ter estes pontos sempre presentes.

*Perguntaria à Câmara se estes dezoito mil contos, são ou não distribuídos em partes iguais, ou seja, nove mil para cada Corporação e qual foi o critério que presidiu de facto a essa atribuição igualitária."*

Vitor Mangerão:

*"Não posso fazer minhas as palavras dos oradores que me antecederam. Acontece que só tenho ouvido aqui falar dos Bombeiros, os Bombeiros já cá estavam, ambas as Corporações, antes de se falar de Serviços Municipais de Protecção Civil, aliás no pequeno texto que aqui está não há uma palavra sobre os Bombeiros, logo é de colocar a questão, o que é que entende a Câmara por Serviços Municipais de Protecção Civil, ou seja, em que é que o Município vai para lá dos Bombeiros tradicionais, em termos de organização e de prestação de um Serviço de Protecção Civil, o que daqui resulta para mim, é nada! porque apenas aqui vejo a referência ao facto de umas futuras instalações "a partir das quais privilegiará obviamente a materialização das instalações retomando o seu curso normal de interacção com a comunidade logo que as instalações em causa entrem em funcionamento", quer dizer que é um problema só de instalações. Agora quanto à filosofia do serviço, quanto à sua abrangência, quanto à sua finalidade verdadeira, isso não está aqui nada retratado e era muito importante que estivesse, porque talvez se tivesse de discutir o critério das verbas serem suficientes ou não, independentemente de serem remissões só, como já era o ano passado, há cinco anos, há dez anos, há vinte anos, em relação ao subsídio dos Bombeiros; não são os Bombeiros que estão em causa quando se fala disto, são coisas para lá dos Bombeiros, os Bombeiros integram-se obviamente e são um pilar fundamental no Serviço Municipal de Protecção Civil, mas quando os Bombeiros nem sequer são Municipais, eles integram-se pela sua própria natureza, mas eu não sei exactamente o que é que a Câmara pensa sobre isto, porque quando se começou a falar do Serviço de Protecção Civil aqui há uns anos, e as coisas foram andando muito devagar, cada Município encara o assunto à sua maneira, segundo as circunstâncias e eventualmente este ano, porque o Inverno está a ser o que é, o tema mereceu maior acutilância; ora bem, deixem-me que diga isto, hoje vi um Secretário de Estado, aflito, não porque é Secretário de Estado há pouco*

*AS*  
*Ben*  
*Paul*

tempo, mas porque em qualquer situação se ficaria sempre aflito, ao ter de agarrar em centenas de pessoas desalojadas pelas inundações e pelas derrocadas em Lisboa, e nem o Estado consegue responder às necessidades imediatas da catástrofe. O problemático do alojamento de desalojados em termos de emergência, é uma problemática que tem a ver com a prestação do Serviço Municipal de Protecção Civil, e isto não tem directamente a ver com os Bombeiros, posso pensar nos Bombeiros que vão lá com os botes tirar as pessoas que estão dentro de casas, mas não são os Bombeiros que têm que pensar onde é que vão meter as pessoas que de repente ficarem sem abrigo, se calhar o Município com um serviço deste já tem de pensar alguma coisa nisto. Não vejo literalmente aqui nada, aliás, o Serviço de Protecção Civil a ser encarado como deve ser, e eu desafiaria Aveiro para encarar isto como deve ser; por exemplo ao falar-se das questões de saneamento que estão por detrás dos alagamentos em certas zonas da cidade, o Serviço de Protecção Civil tem a ver com isso, como tem a ver com a inspecção preventiva aos prédios para saber da sua segurança, contra incêndios, contra sismos, contra derrocadas, contra outras coisas do género, ora bem, é um Serviço Municipal de Protecção Civil deste género que a Câmara está a fazer nascer? é? eu não sei se é porque aqui não li nada, e por isso quer dizer que estou desolado, porque eu estava à espera que depois do tanto que se anda a falar de Protecção Civil, particularmente até com este Inverno, já não digo dos incêndios do outro ano, porque os incêndios chegam ali e felizmente param sempre, porque se cá chegassem dentro, se calhar já se tinha falado mais nisto; mas nem sequer com o Inverno, deu para escrever um texto mais elucidativo, eu estou desolado, isto para mim não é nada, se é para falar de Bombeiros pusessem aqui: - Bombeiros de Aveiro- Subsídio, pronto ficávamos na mesma, porque instalações, sinceramente não sei para que é que servem, não me explicaram."

Vogal Carlos Santos:

"Sr. Presidente, julgo que neste assunto ainda ninguém falou e mostro aqui alguma surpresa porque aparece uma verba inscrita de três mil contos para a implementação da Polícia Municipal e por isso gostaria de saber o que é que se pretende com esta verba, já que o Governo ainda nem sequer legislou sobre esta matéria."

Vogal Diogo Machado:

J.J.  
Bem  
Aveiro

"Sr. Presidente, também muito rapidamente, primeiro para subscrever algumas das coisas que aqui foram ditas em relação aos Bombeiros; acho que embora nada esteja escrito, permito-me discordar do Dr. Mangerão e dizer que achei importante que este assunto tivesse sido aqui trazido e acho importante que venha a ser brevemente ponderado seriamente pelo Executivo Municipal. Em relação ao Serviço Municipal de Protecção Civil, concordo quase na íntegra com a intervenção do Dr. Vítor Mangerão, discordo apenas quando se fala na problemática do realojamento de pessoas afectadas por catástrofes naturais, penso que isso não tem nada a ver com o Serviço Municipal de Protecção Civil, penso que é uma incumbência que não lhe cabe directamente, penso ao contrário, que um Serviço Municipal de Protecção Civil tem a obrigação, para além das instalações e penso que as instalações serão o primeiro passo e se assim não fôr então o processo está errado, as instalações serão o primeiro passo para se poder começar a pensar com seriedade e em definitivo num Plano de emergência para o concelho de Aveiro, aí sim, aquele Serviço Municipal de Protecção Civil teria todo o cabimento, em começar a traçar-se em colaboração com as entidades que existem o Plano de emergência para o concelho de Aveiro, ele faz falta, o Vereador responsável pelo pelouro sabe tão bem como eu que esse Plano faz falta, viu-se agora que esse Plano faz falta e é pena que ainda não esteja pronto.

Em relação à Polícia Municipal eu diria também que acho que esta história da Polícia Municipal face a uma problemática tão grave e tão premente como este Inverno fez questão de realçar, que é o Serviço Municipal de Protecção Civil; esta problemática da Polícia Municipal podia perfeitamente ser relegada para segundo ou terceiro plano, e pelo menos estes três mil contos serem investidos num pré-estudo.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por reconhecer que o texto deste objectivo é pobre e que de facto podia ter sido melhorado, não tendo o mesmo semelhança com os textos dos objectivos anteriores que de facto têm uma referência mais concreta sobre aquilo que a Câmara pensa em relação aos Bombeiros.

No que se refere aos Bombeiros, disse que a Câmara vem sentindo pressões e pelas palavras aqui proferidas e que também sublinha, pensa que deve ser feito um esforço no sentido de acompanhar



melhor os Bombeiros. Enalteceu também a acção desenvolvida pelas duas corporações de Bombeiros. Disse também ser de opinião que o voluntariado deve ser mantido, naturalmente com o acompanhamento do Governo em termos de apoio e do Ministério respectivo e das Câmaras Municipais.

No que se refere à Protecção Civil, a Câmara pensa arranjar instalações com vista à criação de um Gabinete de Protecção Civil que sirva os objectivos inerentes à Protecção Civil. Nesta matéria manifestou o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Vereador que tem este pelouro a seu cargo, reconhecendo no entanto que a Câmara não tem correspondido totalmente às solicitações no âmbito desta matéria, mas que futuramente irá estar empenhada .

Relativamente à distribuição dos subsídios disse que tem sido sempre feita uma distribuição por igual, sendo um tratamento que a Câmara vem pondo em prática há anos.

No que se refere à questão levantada pelo Vogal Olinto Ravara, sobre a atribuição de uma viatura aos Bombeiros, informou que de facto há um compromisso que vem de trás e que lhe tem vindo a ser transmitido através da Direcção dos Bombeiros, compromisso esse que consiste no seguinte: em troca das viaturas cedidas para Cabo-Verde, a Câmara devia apoiar os Bombeiros na compra de uma viatura nova. Assim, no final deste ano atribuíram-se três mil contos para esse fim, no entanto disse pensar que tal verba não chegará para a compra da referida viatura, todavia a Câmara está a tentar cumprir essa promessa.

A finalizar, disse que relativamente à verba de Mercados e Feiras, de trinta mil contos, que a mesma é proveniente de entradas nas Feiras e da venda de espaços, sendo desta verba que saem os doze mil contos para os Bombeiros.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Albuquerque Pinto, que começou por dizer que, conceitualmente os Bombeiros são um dos braços armados da Protecção Civil, como será a GNR, como será a PSP, como será o Serviço de Saúde. Disse também ser evidente que o Plano ao debruçar-se especificamente sobre os problemas dos Bombeiros, é porque estes são voluntários e não são instituições do Estado, portanto terão que ser apoiadas pelos seus sócios e apoiadas pelos subsídios, esta será a primeira razão pela qual o Plano se debruça sobre Bombeiros, não

se debruça sobre a PSP por exemplo, nem sobre a GNR, nem sobre os Serviços de Saúde, nem sobre os Serviços de Habitação.

Prosseguindo, disse que o Serviço de Protecção Civil rege-se por princípios onde a prevenção, a segurança, o planeamento e as operações são fundamentais; segundo a sua opinião é a partir destes conceitos e a partir do desenvolvimento destes princípios que o Serviço de Protecção Civil pode cooperar servindo-se das instituições que o apoiam em caso de calamidade pública.

Relativamente ao Plano de emergência, disse existir um plano nacional de emergência, não existindo contudo ainda um plano distrital de emergência, muito embora este se encontre já elaborado, não está ainda aprovado, sendo por esta razão que o plano de emergência do concelho também não está feito nem aprovado, acrescentando que gostaria de o fazer, apenas quando tivesse certezas sobre a aprovação do Plano distrital.

No que respeita às instalações que o objectivo refere, disse que as mesmas são indispensáveis para se poder colocar os meios necessários à operação do Serviço Municipal de Protecção Civil, como também o pessoal que concertiza vai ser empenhado, sem o que não haverá condições para objectivamente tratar este assunto com honestidade e com eficácia.

Vogal Diogo Machado:

*"Muito rapidamente Sr. Presidente, não contestando Gabinetes, mas tentando dar algumas achegas que eu acho que continuam a ser importantes e nomeadamente na intervenção do Sr. Coronel Albuquerque, continuam a ser esquecidas.*

*Estou ligado directamente a uma das Corporações de Bombeiros desta cidade e, isso não me impede claramente de falar sobre os Bombeiros como será óbvio, e por isso dá-me se calhar mais responsabilidades na defesa desses mesmos Bombeiros e não entendam isto como uma crítica, mas como uma sugestão, que não estão a ser devidamente apoiados e penso que havia um esforço que se poderia fazer, um bocado mais forte, um bocado mais sentido no apoio a estas duas Corporações de Bombeiros que têm servido esta cidade com o máximo de esforço e com o máximo de empenho que é possível; duvido mesmo até, que uma municipalização dos Bombeiros de Aveiro, não conduzisse por*

ff  
João da Madeira

exemplo a greves como conduziu nos Sapadores do Porto ou em Lisboa, com os aumentos de ordenado, que é uma coisa que a mim não me cabe na cabeça. Por outro lado, em relação a esta história das verbas para os Bombeiros, li há uns tempos num jornal desta cidade, que os Bombeiros Municipais de Viseu, recebem anualmente oitenta mil contos da Câmara Municipal de Viseu, os Bombeiros Voluntários de Viseu, que prestam uma quantidade de trabalho mais de dez vezes inferior a uma só corporação de Bombeiros deste concelho, recebem o dobro do que recebem as duas corporações de Bombeiros desta cidade, o que eu não acho que seja muito equitativo, nem sequer muito justo, ou seja, se esperamos pela tutela, sim senhor, esperamos pela tutela, mas só uma sugestão, vamos começar a uniformizar em questões de verbas, que para mim já seria mais que suficiente e já daria aos Bombeiros desta cidade condições para poder agir, não como municipais, mas como voluntários cada vez mais eficientes e cada vez mais capazes de prestar os serviços para os quais se dispõem a contribuir para a comunidade.

No que se refere à Protecção Civil, permita-me que lhe diga Sr. Coronel, que por exemplo, vejo aqui "aquisição de equipamento de transmissões" dois mil contos, isto a mim não me diz absolutamente nada, enquanto o Gabinete de Protecção Civil Municipal, não estiver preparado para agir, porque senão vamos transmitir o quê? porque é que adquirimos equipamento? porque é que adquirimos instalações? porque é que se fazem alguns tipo de investimento, quando se calhar o essencial não está feito... e já agora, permita-me que lhe diga Sr. Coronel, as realidades deste concelho, são distintas das realidades do concelho de Estarreja que é aqui vizinho, ou de Ílhavo que também é aqui vizinho, quanto mais não seja S. João da Madeira. Penso que era obrigação do Gabinete Municipal de Protecção Civil, tendo em conta as realidades muito próprias deste concelho, começar se calhar a pôr a carroça um bocadinho à frente dos bois, e por ele próprio mostrar alguma iniciativa para que mais tarde possa justificar a sua existência, e começar devagarinho, paulatinamente, porque devagar se vai ao longe, a elaborar o seu próprio Plano, até para que quando o Plano Distrital fôr aprovado, e sabe-o bem que vai ser, até para que este Plano concelhio de emergência, possa se fôr caso disso, corrigir o Plano distrital, onde ele estiver errado, ou completar o Plano Distrital onde ele falhar, é só uma sugestão!"



K  
Ben

OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E  
ABSTECIMENTO PÚBLICO

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, como se diz no Objectivo 08, fez a Câmara Municipal um protocolo com a Associação Comercial, para um projecto de requalificação do espaço urbano comercial do centro histórico; também é pensamento da Câmara criar um Conselho Consultivo Económico. Sr. Presidente, quero protestar veementemente pelo facto de mais uma vez os Presidentes de Junta serem esquecidos ao ponto de não fazerem parte de qualquer destes projectos; o Sr. Presidente da Câmara não pode continuar a desconsiderar desta maneira os Presidentes de Junta; os Presidentes de Junta sabem melhor do que ninguém aquilo que os habitantes das suas freguesias pensam e necessitam. Sr. Presidente, é altura de começar a pensar que os Presidentes de Junta são parceiros importantes para a gestão de uma autarquia, e neste momento mais do que ninguém V. Ex<sup>a</sup> sabe a importância dos Presidentes de Junta."

Vogal Raul Martins:

"Eu tenho limitado as minhas intervenções, enfim pouco haverá a dizer sobre isto, mas queria-vos só alertar aqui para uma coisa interessante que está aqui neste Objectivo o que de alguma forma demonstra aquilo que se passa - tanto dinheiro para uma coisa e tão pouco dinheiro para outras, vejamos: no ponto 08, 03, é o Turismo, e então o que é que a Câmara se propõe fazer? propõe-se fazer promoção Turística, Participação em Feiras, dinamização junto das cidades irmãs, criação do Gabinete de Cooperação Descentralizada, Animação, Festas da Ria, encargos com o funcionamento da Lancha de Turismo, incentivos e projectos de animação Turística, circuitos da Ria, informação e divulgação, funcionamento de Postos de Turismo, e ainda outras iniciativas, como apoios a meios auxiliares de alojamento, Parques de Campismo e Zonas de Lazer, material publicitário (anúncios institucionais), Projecto do Porto de Recreio de Aveiro e criação de percursos rurais de interesse turístico, tudo Objectivos louváveis, o mais interessante é que por detrás destes

*Objectivos louváveis, é como aquela pessoa que anda muito bem vestida mas depois a roupa interior, enfim é uma desgraça - porque faz isto tudo com quem? e se forem à página 111, verificam que fazem isto tudo pela módica quantia de: pagamentos ao pessoal - Pessoal dos Quadros, 500 contos, Pessoal com contrato a termo certo, 100 contos: muita coisa se faz com seiscentos contos de ordenados!"*

*Vogal João Barbosa:*

*"Sr. Presidente:*

*Debruçamo-nos com atenção no programa de Turismo.*

*Inicia o mesmo programa com uma verdade elementar, "um dos principais objectivos para atrair visitantes, é despertar interesses e motivações para a visita".*

*Ao começarmos a discussão deste plano, se bem se lembram, chamei a atenção para a falta de animação e motivações com que se deparam os visitantes que passam por Aveiro.*

*Sr. Presidente:*

*No último debate nesta Assembleia, onde foram convidados diversas personalidades para discutir Aveiro, o Sr. Presidente da Câmara nas suas reflexões finais, disse, que tem que se dar imagem através do turismo, às nossas características internacionais.*

*Sr. Presidente:*

*Congratulamo-nos com o programa apresentado.*

*É um programa ambicioso.*

*Só com ambição e agressividade se conseguem resultados positivos.*

*No entanto, ficamos receosos ao constatar que este programa ambicioso que a Câmara nos apresenta, é feito sem recursos económicos e humanos.*

*Na secção de turismo, que não existe, só é considerado o Sr. Vereador.*

*Depois destas considerações, tomamos a liberdade de questionar algumas posições expostas neste programa:*

*1 - "Um estudo sobre o perfil do visitante, que define o tipo de turista que nos visita"*

*Sr. Presidente:*

*Convencidos que este estudo tinha sido feito através de conhecimentos Técnico-Científicos, requeremos ao Sr. Presidente da Assembleia, que nos*

fosse facultado, para ficarmos a conhecer um estudo que pensamos de  
qualidade, e se possível poder discuti-lo.

Para nosso espanto, já nos foi comunicado que não existe qualquer  
estudo. O que existe na realidade são dados estatísticos do número e  
nacionalidade dos turistas que nos visitam.

Muitas vezes vêm de excursão, permanecem em Aveiro 30 minutos, o  
tempo necessário para beber um refresco e comprar ovos moles.

Para se saber o perfil de um turista, é preciso muitíssimo mais: meio de  
transporte, alojamento, profissão, qualidade da visita, etc., etc..

Sabem por acaso que 65% dos nossos visitantes em viagem de Turismo (a  
nível nacional) se fazem transportar de avião?

A seguir indicam-nos que a promoção deve ser feita em conjunto com:  
Associação Comercial e Industrial, Empresários e Região de Turismo.

Será isto chamado o Turismo de negócios?

E aqueles que mais estão ligados ao Turismo, que mais o promovem, e  
que são a fonte de receitas do IVA Turístico.

Refiro-me às Associações de Hoteleiros e Operadores.

Porque têm sido constantemente esquecidos pela Câmara?

2 - "A nossa promoção Turística integra-se na Região de Turismo à qual  
aderimos"

Muito bem.

Só que, Sr. Presidente, gostava de ser informado de quais são os maiores  
eventos promocionais, internacionais e nacionais, onde Aveiro está  
presente.

O Turismo é sem dúvida uma das maiores, senão a maior indústria  
mundial, e como o Sr. Presidente disse, e muito bem, que temos de dar  
imagem, com qualidade às nossas características Internacionais.

Deste modo, estávamos interessados em conhecer qual a postura, em  
termos objectivos, do concelho de Aveiro nestes eventos.

3 - "Uma Feira Gastronómica a nível dos Concelhos de Região de Turismo,  
aquando da FARAV"

Em que moldes vai ser feita?

Com tasquinhas?

Em conjunto?

Vão ser exigidos promover os pratos tipicamente regionais dos  
Concelhos?



Vai haver algum concurso gastronómico?

Gostaria que nos dessem a conhecer pormenores da sua organização.

4 - Por último o seguinte:

"Aveiro esté presente em 19 Feiras Internacionais, através da Rota da Luz"

Excelente!

Podem-nos esclarecer quais são as 19 Feiras Internacionais?

Como é que Aveiro está presente e é promovido nestas Feiras?

Destas, quais são as Feiras para público e as feiras para profissionais?

Sr. Presidente:

Pedi estes esclarecimentos, na certeza de que o objectivo primeiro de uma presença promocional numa Feira de Turismo, é fundamentalmente para se vender o produto Turístico (neste caso Aveiro).

Sabendo nós que devemos estar na presença de duas formas distintas de promover uma zona Turística, qualquer uma delas tem filosofias promocionais diferentes.

Por este motivo, pedi a informação da maneira de estar e de promover o nosso concelho nestas Feiras.

Estas objecções foram feitas, na certeza de que o Turismo de uma região, quando feito e promovido em moldes altamente profissionalizados, é sem dúvida um produto altamente rentável.

Aveiro tem condições naturais e humanas excepcionais para ser uma grande região de Turismo.

O necessário, é que, a Câmara esteja interessada.

Para Aveiro ser um concelho apetecível, tem de haver sensibilidade, competência e amor nas suas formas de motivações promocionais."

Vogal António Salavessa:

"Neste Plano de Actividades a questão do Mercado Manuel Firmino vem mais uma vez embrulhada... pronto, uma novidade, uma novidade que até hoje nunca tinha surgido noutra local qualquer e que aparece aqui, que é assim: ... "a sua localização etc., etc., exigem uma reflexão, um estudo de reabilitação, podendo a abertura do novo Mercado de Santiago sustentar o encerramento temporário para a necessária reabilitação"; quer dizer: não se trata do encerramento definitivo, pelo menos não é assumido assim, objectivo que já existiu, mas que quando da discussão do PDM, esta Assembleia não acolheu e portanto retirou esse objectivo, mas mais uma vez vem aqui qualquer coisa que é preocupante.

b7  
Ben  
A

*Admito que possa eventualmente a execução de obras de reabilitação levar a um encerramento temporário, mas não queria de modo nenhum que a desatenção perante esta matéria significasse o acordo para um encerramento que não seja devidamente fundamentado, limitado no tempo e com um plano muito real de reabilitação já em cima da mesa para a necessária apreciação. Portanto, a haver o encerramento, e era bom que as soluções que fossem encontradas fossem soluções que não levassem a essa necessidade de encerramento temporário, mas, a ser necessário devia ser devidamente justificado perante um plano já definido e perfeitamente limitado no tempo."*

Vogal Olinto Ravara:

*"Começo por salientar que o desenvolvimento económico do concelho tem vindo progressivamente, pelo menos a avaliar pelas dotações nestas rubricas, dos últimos três anos, tem vindo progressivamente a diminuir, e penso que estamos numa fase em que deveríamos era pensar no relançamento económico do concelho, eventualmente em novos moldes. Penso que o apoio global que está a ser dado, talvez também peque por ser um bocado escasso, e é tanto mais escasso quando penso que uma verba de cinquenta mil contos que aqui está inscrita, penso que o está incorrectamente; não acho que seja correcto incluir o encargo do financiamento do Sistema do Carvoeiro num Plano de Actividades, e portanto isso passa logo de 286 para 236 mil, esta é a primeira observação relativamente ao Plano de Actividades.*

*Quanto ao Turismo, creio que sobretudo há que ponderar muito bem o relacionamento com a Região de Turismo da Rota da Luz, saber os apoios que estamos a conceder e quais as contrapartidas que estamos a beneficiar, porque me parece que não estão a ser devidamente exploradas as potencialidades Turísticas de toda esta Região e não apenas do concelho, mas toda a vasta Região lagunar em que nos inserimos.*

*Quanto aos Mercados, quem anda nos Mercados no Inverno, sabe que eles se transformam em autênticos lamaçais e portanto penso que será prioritário criarem-se condições nos Mercados nas nossas Freguesias rurais, para que os Mercados possam funcionar bem, não só para os feirantes, mas também para os seus utilizadores.*

*fc*  
*Dem*  
*...*

Creio também que seria útil que a Câmara delegasse competências nas Juntas de Freguesia e que paralelamente lhes atribuísse uma compensação financeira que seria devida pelas taxas cobradas nesses Mercados.

Relativamente ao Parque de Feiras e Exposições, está atribuída uma verba de 40 mil contos, gostaria que o Sr. Presidente se referisse a isto, se já há alguma definição destes terrenos, chamando no entanto a atenção para a necessidade de haver em Aveiro uma verdadeira Feira Industrial, que mostre as potencialidades industriais do concelho, pois seria uma excelente forma de promover a indústria concelhia.

Quanto aos estabelecimentos industriais, pretendo saber como é que está a ser feita a ocupação desses estabelecimentos industriais, nomeadamente na zona de Mamodeiro, zona extremamente sensível do ponto de vista ambiental, pela sua proximidade à Pateira, e para a qual toda a Assembleia repetidamente tem chamado a atenção; as indústrias que estão a ser instaladas são indústrias poluentes? estão a cumprir com o que está determinado por lei e pelo Município?"

Vogal Manuel António:

"Quando se fala em Turismo e o Município de Aveiro está integrado na Região de Turismo da Rota da Luz, penso que a oferta Turística que este concelho deve dar tem que ser diferente da oferta Turística dos outros Municípios que integram a Região de Turismo da Rota da Luz e, temos que rentabilizar as estruturas que temos: é óbvio que temos um Centro de Congressos como nós temos, temos que o rentabilizar, e por isso, concordo quando a Câmara neste objectivo vem dizer que aposta no Turismo de Congressos, aposta no Turismo de negócios; acho que é um bom princípio. A isto, eu gostaria que fosse junto, tanto que há planos da Câmara também neste sentido, para o Turismo Desportivo; penso que temos que aproveitar os desportos náuticos, e aqui, juntamente com a região de Turismo da Rota da Luz, penso que será uma fonte Turística que não podemos desprezar, será uma oferta nos Desportos Náuticos, será uma oferta no Parque Desportivo que eventualmente nos possamos vir a candidatar; será uma aposta também na Pista de Atletismo que queremos vir a construir. Penso que o Município de Aveiro tem que ter esta aposta de diferente, junto de uma região, para que as suas infraestruturas possam ser justificadas e depois rentabilizadas.



SS  
Ben  
Pen

Não percebo que uma aposta neste Turismo que vem aqui descrita pela Câmara, possa no entanto ter deixado cair uma aposta grande do ano passado, que era a capacidade Hoteleira; no Plano de Actividades do ano passado, uma das apostas fortes da Câmara, era "Aveiro não tem capacidade Hoteleira, é necessário criar capacidade Hoteleira em Aveiro" ; este ano a capacidade Hoteleira caiu, foi esquecida; no entanto, queremos o Turismo de Congressos, queremos o Turismo de negócios, há aqui qualquer coisa que não joga bem.

Outro assunto que gostaria de afirmar aqui, é que concordo com a reabilitação do Mercado Manuel Firmino, penso que terá que ser um assunto bastante discutido entre nós, entre a população em geral, penso que se calhar aquela zona e aquele espaço deve ser um Mercado, talvez um Mercado juntamente reconvertido também num outro espaço, num espaço se calhar diferente, num espaço moderno, penso que é um assunto que deve ser discutido; penso que desactivar o Mercado para sempre, era uma situação que eu gostaria de não ver; penso que o Centro da Cidade pode ganhar muito em termos o Mercado, agora se calhar temos que ter um Mercado em condições de futuro, lembrando-nos que aquilo é um Mercado no Centro da Cidade."

Vogal Vitor Mangerão:

"Este protocolo, Câmara/Associação Comercial, eu se fosse Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, tinha arreado uma bronca quando foi disto; considero para lá das boas intenções de colaboração entre uma entidade respeitável e representativa da cidade e de determinados interesses económicos como é a Associação Comercial e a Câmara Municipal por outro lado, como representante da comunidade, ao fazerem um protocolo, mas ao porem de lado a autarquia base, que é a Junta de Freguesia, que é a Freguesia concretamente, num protocolo que, cujo texto penso que não foi divulgado nesta Assembleia Municipal, vai muito para lá daquilo que são boas intenções de colaboração entre duas entidades, porque vai ao ponto de programar a reformulação de pavimentos, de fachadas, etc., e eu não sei até que ponto não há aqui autenticamente um abuso de direitos, uma exorbitância e um atropelo às regras, porque considero que esse protocolo sobre o qual eu passei uns olhos por cima de um ombro, foi pena não ter ficado com ele e desafio a Câmara se quiser a trazê-lo para aqui e a debatermos ponto a ponto o que

lá está, é extremamente imprudente para mim, para a Câmara, é um precedente em que o Município se meteu e não deveria ter metido, na minha opinião, mas pronto, o Executivo decidiu, deliberou, assumiu, está na sua área, fica aqui feito o aviso, é mais grave do que os Srs. pensam... a ver vamos.

Quanto ao Turismo, não há gravidade nenhuma, se eu fosse à Câmara, este Programa 03 Turismo, punha em branco, não vale a pena isto Câmara Municipal! com o devido respeito é um mero formalismo que aqui está, isto não é Programa de Turismo da Câmara Municipal, não há aqui uma única coisa que valha a pena ser tida como iniciativa ou promoção do Turismo do Município de Aveiro, o melhor seria a Câmara Municipal, pôr as coisas nestes pontos muito claros, dizer assim: aqui há uns anos a Câmara Municipal, a exemplo de outras Câmaras, aderiu a uma coisa chamada Rota da Luz e transferiu-se para a Rota da Luz, de acordo com determinados critérios, uns certos dinheiros, e as competências para eles lá na Rota da Luz fazerem a actividade Turística da Região, e pronto, não vale a pena porque isto não é nada! não ponham nada sobre Turismo no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro, até ao dia em que tenham a coragem de dizer assim: é um pecado contra Aveiro, os interesses do Turismo, as tais potencialidades do Turismo de Aveiro que se fala, ano após ano, até ao dia em que tenham vergonha, ou tenhamos nós todos vergonha das potencialidades e das verdades do Turismo de Aveiro, andarem tão mal entregues e as reassumirmos para a competência do Município, então sim, então falaremos, até esse dia não vale a pena falarmos nisso.

No entanto eu sempre perguntava se o Luna Parque é uma actividade do interesse Turístico, quando é que isso foi definido e em que é que consiste isso do Luna Parque, se é por acaso para substituir em termos permanentes ao longo do ano aquilo que é a Feira de Março, só uma vez por ano e, a comprovar aquilo que eu disse, veja-se, nem uma referência sobre a situação do Parque de Campismo de S. Jacinto, sobre o seu estatuto, sobre o seu futuro, é como se não existisse.

Quanto aos Mercados, lastimo não ver aqui uma referência ao problema muito importante com que a cidade se debate, que é o problema da Feira dos 28, e gostaria que este problema fosse perspectivado à

*Ag*  
*Ben*  
*Am*  
distância, porque estão-se aqui a lançar algumas infraestruturas, em relação às quais a questão da Feira dos 28 pode ser ou não ser debatida.

Em relação ao Mercado Manuel Firmino, gostava que não se pensasse que o novo Mercado de Santiago é alternativa ao Mercado Manuel Firmino, em dois aspectos pelo menos não é, enquanto local de comércio e não o é enquanto local cultural, o Mercado Manuel Firmino por aquilo que significa em termos sociais, pague-se o preço que se pagar para que aquilo não desapareça dali sobre pena de se desertificar em troca de não sei de quê, uma zona tradicional da cidade; se se tira também dali aquilo, então acrescenta-se deserto no coração da cidade, e não venham para cá com as histórias do Cojo, O Cojo tem o seu projecto próprio e o seu dinamismo próprio e que deverá ser por maioria de razão articulado com o Mercado Manuel Firmino, porque este novo Mercado de Santiago vai trazer ao contrário, é uma série de problemas, de trânsito por exemplo, de estacionamento, e de coabitação daquele Mercado ali, com a população concreta que o rodeia, e senão a ver vamos, esse estudo tenho a impressão de que nunca foi bem feito... a ver vamos os problemas que daí vão resultar.

Uma coisa que gostava que me dissessem: qual é a política de relacionamento da Câmara Municipal de Aveiro com a entidade que aqui não está descrita, eu posso adivinhar qual seja, mas aqui não está enunciada, portanto permito-me a dúvida, que promove o Centro de Incubação de Empresas, na Zona Industrial de Mamodeiro, estão aqui previstos cinco mil contos, quero saber em nome de que protocolo é que há cinco mil contos do Município, destinados ao apoio à instalação do Centro de Incubação de Empresas, gostava de saber isso concretamente.

Quanto ao Parque de feiras e Exposições, que se estejam já a prever quarenta mil contos para a aquisição de terrenos, pressupõe que há um projecto para o Parque de Feiras e Exposições e que há uma localização prevista, eu neste momento não tenho conhecimento do projecto, nem da localização, e isto é um assunto velho, velho porque tem sido badalado ano após ano, agarrado de uma maneira, agarrado de outra, protelado, misturado, nunca clarificado! que espécie de Parque de Feiras e Exposições, em termos de vocação, em termos de tamanho, em termos de representação, é que Aveiro, enquanto Aveiro concelho, quer e pode ter? e merece ter. Eu sei que Aveiro enquanto concelho é também Aveiro



*capital de uma região, mas se então entramos no âmbito da região, não esqueçamos que o mercado de Parques de Feiras e Exposições em Portugal está neste momento saturado, como aliás acontece noutros países, neste momento este tipo de Parques atravessa uma grande crise, não só por causa do clima de recessão generalizado que se vive de há uns anos, mas sobretudo porque há uma saturação, há um excesso de concorrência, matam-se uns aos outros, ao quererem todos comerem ovos da mesma galinha, bem, e aqui é um bocado o caso, se vamos a pensar em Aveiro, para lá de ser concelho, ser capital de região, então pensemos quantos Parques de Feiras e Exposições já nos rodeiam e nos estão a disputar a clientela, e pensemos então na dimensão da nossa vaidade e não apenas na dimensão do nosso investimento, há vaidades que se pagam muito caras! ou então há ideias que passam de Plano de Actividades para Plano de Actividades, eternamente estéreis, como pode ser a questão do Parque de Feiras e Exposições, eu só estou a desafiar, não é a primeira nem a quinta vez que o faço: pense-se primeiro que projecto, que investimento, que dimensão deve ter este Parque de Feiras e Exposições, não é dizer que não o tenhamos, pense-se muito a sério nisso!"*

*Vogal Cruz Tavares:*

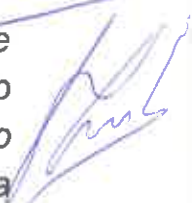
*"Aquele assunto que o Sr. Salavessa levantou relativamente à reabilitação do Mercado Manuel Firmino, também me chamou atenção porque está redigido em termos que me parece contrariarem pelo menos o espírito do PDM, e tem duas aberturas que me parecem muito perigosas; antes demais, devo dizer que na opinião de quem nos visita e dessa visão das pessoas que nos visitam é muitas vezes diferente da visão que nós próprios temos das coisas que existem na nossa cidade, o Mercado Manuel Firmino representa para as pessoas que nos visitam pela primeira vez, uma memória da cidade, existe e a Câmara tem nos seus arquivos testemunhos de que algumas ideias base, ideias estruturantes da arquitectura citadina da côr da nossa cidade, da forma típica da nossa arquitectura residem também no Mercado Manuel Firmino, ou seja, o espírito do PDM foi preservar essa memória da cidade. Nesta introdução que é feita no programa 04, o que me preocupa, é falar-se, assim como: "redimensionar e estudar novas valências para aquele local", isto é uma abertura muito larga demais para a minha cabeça; depois mais adiante*

*fala-se no "encerramento temporário", que é outra abertura muito perigosa, eu entendo e tenho que deixar expressa a minha opinião de que a imagem, o volume, o espaço envolvente do Mercado Manuel Firmino, pertence à imagem da cidade; se outras pessoas que dirigiram os destinos desta cidade não tiveram essa sensibilidade e, julgo que há coisas misteriosas em relação à sensibilidade dos aveirenses que muitas pessoas não conseguem entender ou sentir, que há coisas importantes na cidade a preservar.*

*Relativamente à intervenção do Dr. Mangerão, sobre o Parque de Feiras e Exposições, é bom que nos lembremos que, dá-me ideia que o actual Executivo se sente na obrigação de ir transmitindo de Plano em Plano, esta herança que é uma herança ilusória, quando Aveiro pura e simplesmente perdeu a corrida para a Exponor2; como nós fomos derrotados, ou seja a Câmara na altura não soube exhibir e fazer valer os seus trunfos para concorrer com Vila da Feira, depois, nos dias seguintes à derrota, foi uma derrota muito grande, disse: mas eu, disse o Sr. Presidente de então, "vou fazer um Parque de Exposições a nível concelhio e distrital e regional"; mas foi só para brincar e para a gente se calar, se a Câmara se esquecer disso, não se perde nada, ninguém perde nada, há Exponor's a mais, a da Vila da Feira já está a mais em relação às necessidades actuais, uma feira actualmente só se justifica se tiver nível internacional e grande participação internacional, não é o caso de uma feira que será concelhia, quando muito distrital, não se perde nada com isso...!"*

*Vogal Custódio Ramos:*

*"Diria que em matéria de Turismo, de Feiras, de Mercados, estamos a ver passar os comboios e assim a continuarmos neste ritmo o desenvolvimento de Aveiro, efectivamente aquela aposta que consta do preâmbulo deste documento, em que aposta no sentido de Aveiro ser uma cidade polarizadora, uma cidade e um concelho efectivamente dotado de características de centralidade, penso que tudo isso se esvai. Estava eu a dizer que estamos a ver passar os comboios e, por ver passar os comboios, não quero repisar matérias que já foram abordadas, queria repisar uma que ainda não foi, que é: o Mercado Abastecedor que temos, está ali com uns plásticos a ver passar os comboios, e agora a Câmara vem aqui inscrever uma verba de dez mil contos para "Apoio à construção*

A7  
ben  


do Mercado Abastecedor", quando uma determinada construção que é de iniciativa Camarária, não se diz que a Câmara apoia, porque a Câmara não apoia o que é seu, ao inscrever desta maneira que apoia, significa que o Mercado Abastecedor não é Municipal, eu então questiono a Câmara para me explicar, porquê este apoio ao novo Mercado Abastecedor de Aveiro, onde é que ele vai ser concluído e quando? diria que importa termos um Mercado Abastecedor condigno, forte, e mais: um Mercado que funcione quanto antes; o município está a perder muito dinheiro com o não funcionamento do Mercado Abastecedor, ou de outra maneira, pelo funcionamento deficitário, sem quaisquer condições para as pessoas que lá exercem a sua actividade e obviamente com tarifas muito escassas, até porque quando o Parque de Campismo é selvagem, é o caso, tem que se cobrar taxas muito baixas. Gostava que a Câmara nos dissesse quando é que acaba com esse Parque de Campismo selvagem e quando é que pensa apostar efectivamente em termos em Aveiro um verdadeiro Mercado Abastecedor e em que termos, em nome de quem, e se é de facto propriedade da Câmara ou de outra entidade, face à expressão "Apoio" que aqui vem referida."

Vogal Diogo Machado:

"Gostaria de me dirigir a esta Assembleia, em relação a este ponto 08, para dizer que um dia, num horizonte longínquo, espero eu, que nós deste lado sejamos oposição, eu aprendo, estou hoje e tenho vindo aprender como é que ela se faz e, faz-se por exemplo, estou-me a lembrar do caso do Parque de Feiras, falando em algumas reuniões desta Assembleia, a que eu assisti, em assuntos delicados do Parque de Feiras, levantavam-se então alguns problemas pelo facto desta infraestrutura se encontrar localizada no centro da cidade, chamando-se ainda atenção de que estava a ser atrofiado e que por isso deveria sair daquele local. Lembro-me de uma intervenção do Sr. Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares, até em relação à Urbanização do Cojo, em que o próprio eng<sup>o</sup> Cruz Tavares, sugeriu que o Parque de Feiras, saísse inclusivamente daquele local e que a Câmara avançasse definitivamente num estudo como deve ser para um Parque de Feiras para que aquela zona fosse transformada, reabilitada, recuperada e criar um novo Rossio de Aveiro; oposicionalmente, vem-se hoje, quando se discute o Plano de Actividades, dizer que há EXPOS, a mais, há tudo a mais, não se invista, feche-se, não se faça, não se estude; eu acho que se



A  
sem  
Am

deve estudar, perdoem-me se estou errado e perdoem-me se a minha posição é assim tão difícil de se entender, mas não há argumentos que valham a esta cidade, não houve e os Srs sabem-no bem, nunca foi possível ter argumentos a esta cidade que pudessem lutar contra o poderio de uma Associação Industrial Portuense, nunca houve argumentos que esta cidade tivessem esgrimido contra o facto do concelho da Feira ter permitido que nem sequer no folheto de apresentação do Europarque se dissesse em algum lado que a Feira pertence ao distrito de Aveiro, e esses argumentos eu também nunca os esgrimiria, porque isso era anular as realidades e as características do nosso concelho; agora o que eu acho importantíssimo é que se faça um estudo sobre a viabilidade da criação de um Parque de Feiras num outro local, que possa servir condignamente esta cidade, acho, realmente acho! ninguém me diz que esse estudo não possa concluir que realmente não há viabilidade, mas acho importantíssimo que esse estudo se faça.

Considero este Objectivo extremamente ambicioso, considero este Objectivo adequado às realidades que nós vivemos hoje e acho que a Câmara deu um passo em frente qualitativamente com a apresentação deste objectivo nos moldes em que está.

Presidente da Câmara:

"Relativamente à página 111 do Orçamento, naturalmente que essas verbas que estão aí não correspondem ao pessoal que temos, nós não temos pessoal de Turismo, não temos ninguém a ser pago por essa rubrica, isto é uma verba residual e que permitiria naturalmente arranjar verba para o caso de irmos a implantar os Serviços de Turismo e por isso é que colocamos aqui na página verde uma descrição do Turismo, embora modesta, é sempre admitindo a ideia da necessidade de se pôr a funcionar um Posto de Turismo, um Serviço Municipal de Turismo, tem sido essa a intenção, até porque já temos discutido várias vezes e já temos aqui dialogado sobre este assunto e naturalmente que se recordam foi sempre feita um referência à existência da Rota da Luz, à sua Sede na cidade e à programação que ela organiza e põe em andamento anualmente; portanto temos vivido em termos de Turismo em conjunto com a Rota da Luz, esperando que a Rota da Luz desenvolva programas em que o tal perfil do turista seja de facto tido em conta, se ele existe esse perfil? fala-se aí numa tendência de turistas em termos de negócios, em termos de Centro

A  
Jen  
P

de Congressos, será naturalmente um perfil novo de turista que vai surgir em Aveiro, admito que assim seja, não sou técnico de Turismo, mas é isso aquilo que penso e é aquilo que a Câmara aceita e que julgo que a Rota da Luz também tem no seu pensamento e na sua programação.

Relativamente ao Mercado Manuel Firmino, de facto, durante muito tempo e aquilo que levou à construção do novo Mercado, foi sempre a ideia de se encerrar o Mercado Manuel Firmino e vir a utilizar-se aquela instalação para outros fins, falava-se na altura também em termos culturais e outros que viessem a surgir. Hoje a Câmara pensa que não é muito viável, nem terá grande interesse encerrar o Mercado; portanto aquilo que parece aos Srs. Deputados, um texto pouco esclarecedor, a posição desta Câmara é a de não encerramento daquele Mercado. Simplesmente ao colocar-se aqui uma verba "reabilitação" o tema é forte, o tema é abrangente, não se vai reabilitar um Mercado daqueles com quatro mil contos, o que há é uma pressão por parte dos comerciantes em termos de alindamento, em termos de arranjo, em termos de recuperação para o edifício, e é isso que nós apontamos, e apontamos também concerteza ao mantê-lo aberto e com aquela actividade, a receber um projecto da parte da Comissão representativa dos utilizadores, daqueles que têm os seus espaços alugados, um projecto em que propõe à Câmara uma remodelação muito grande em termos funcionais, porque não está a oferecer neste momento em nosso entender, qualquer vantagem para os vendedores e também não estará com as melhores condições o seu funcionamento em termos até higiénicos. Nós estamos à espera de facto de com essa função poder fazer um estudo e ver da possibilidade de reabilitação e quando se fala no encerramento para obras, não sei, isso na verdade os técnicos é que dirão se podem fazer as obras sem encerrar o Mercado, portanto não há aqui a mínima intenção de encerrar a actividade do Mercado Manuel Firmino por parte da Câmara Municipal.

Relativamente ao Parque de Feiras, incluímos aqui uma verba de quarenta mil contos, e repare-se que a grande diminuição que se verifica de investimento neste Objectivo, é dependente da verba que tínhamos em 94, exactamente do Parque de Feiras, que tínhamos cem ou cento e tal mil contos, colocados para este efeito.

Várias interrogações se colocaram relativamente a esta matéria, eu penso, a Câmara não discutiu este assunto ainda, esta rubrica

As  
pen  
Koh

está aqui porque nós não podemos deixar de ter uma rubrica para efeito de apoio ao Parque de Feiras, julgo que temos que ter um Parque de Feiras, um Parque de Feiras à nossa dimensão, mas penso também que não caberá à Câmara fazer esse Parque de Feiras, caberá à Câmara apoiá-lo, caberá à Câmara fazer até uma sociedade com alguém que queira fazer esse Parque, mas eu penso que quem deve fazer o Parque são os sectores da actividade económica, são os interessados, tem que de facto fazer-se um estudo e ver-se que tipo de Parque, porque não vejo possível que um Parque de Feiras, de âmbito industrial, produza uma Feira de Março, uma Feira de Artesanato ou até a Feira da Agrovouga, penso que não se coaduna com aquilo que virá naturalmente a ser do interesse das Associações Comerciais, Industriais. Esta rubrica visa isso, visa entusiasmar, visa criar condições para apoio. Quanto à verba destinada à aquisição de terrenos, ela existe por que julgo que chegou a altura de definirmos o local desse Parque, esse Parque terá que ser construído e onde a Feira dos 28, Feira de Março e se calhar a Agrovouga, há-de ficar. O PDM indica o local e aponta para a baixa de Vilar, se não estou em erro.

Quanto à Feira dos 28, penso que ela não será para extinguir, será de manter, é uma feira de tradição e naturalmente que terá que ser localizada no espaço mais próximo da zona urbana, julgo que na baixa de Vilar, naquela zona que o PDM destina para este efeito.

Vereador Belmiro Couto:

"Vou-me referir a alguns pontos que o Sr. Presidente não terá aprofundado mais em detalhe, nomeadamente a questão dos fundos de Turismo, esse parágrafo aí não se refere propriamente a um estudo de Turismo, já tive oportunidade de esclarecer isso ao Sr. Barbosa, particularmente, o estudo de Turismo que aí refere é uma mera avaliação do tipo de visitante da nossa região no intuito de justificar aquilo que aconteceu no passado e que pensamos poderá voltar a acontecer neste próximo ano, que é a participação promovida pela própria Câmara, como aconteceu este ano passado, em algumas Feiras que consideramos importantes para o relacionamento de Aveiro com países estrangeiros, nomeadamente aqueles que têm a ver com as cidades irmãs, como foi por acaso este ano o caso de Bordéus e que no próximo ano poderá acontecer eventualmente também com outras cidades irmãs, ou então aqueles locais, aquelas cidades, aquelas zonas, aquelas regiões que de algum modo se



A  
J  
A

relacionem connosco também por razões óbvias, este ano passou-se por exemplo com o caso da Galiza por razões de proximidade. Essa observação de estatísticas levou-nos a crer que quem visita Aveiro, o Espanhol, que é a grande percentagem do visitante de Aveiro, é essencialmente da região de Castilla/Léon, e portanto houve uma vontade de querer inverter essa tendência levando a conhecer Aveiro também ao norte de Espanha à região da Galiza.

Sobre o perfil do turista que visita a nossa região, tenho conhecimento que a Região de Turismo tem um estudo mais profundo e elaborado sobre esta matéria, penso que feito pela Universidade de Aveiro até, que detalha, aprofunda a questão do perfil do turista que visita a nossa região, nos diversos aspectos, aqueles que o Sr. Presidente da Junta referiu e muitos outros; portanto eu remetia a sua curiosidade para esse estudo que poderá concerteza consultar na Região.

Relativamente ao pessoal que os Serviços de Turismo tem, o Sr. Presidente já esclareceu, só juntava isto, os Serviços de Turismo, reparem no tipo de acções que o Serviço de Turismo se propõe desenvolver, participação nas Feiras, actividades com as cidades-irmãs, a cooperação, as Festas da Ria, a Farav, enfim, são tudo actividades que têm sido transversalmente e penso que bem, eventualmente podemos encarar que numa reorganização de serviços possa surgir alguns quadros de turismo, mas até aqui têm sido levados a cabo por um sector, digamos social, alargado, que é o sector da cultura; são essencialmente as pessoas da cultura que têm desenvolvido essas actividades que tem conhecido, quando nós vamos a uma Feira das cidades-irmãs, temos lá as pessoas da cultura, quando nós vamos à organização da Farav, temos as pessoas da cultura, portanto são de facto os Serviços de Cultura que têm tido essa tarefa e penso que bem.

Sobre a integração da Região de Turismo, eu sou daqueles que acredito que as Regiões de Turismo não são extremamente importantes para o desenvolvimento do Turismo; o desenvolvimento do Turismo e a actividade da Região do Turismo, centra-se essencialmente em dois aspectos: a promoção e a animação turística nas regiões, eu até se calhar concordaria mais com a promoção do que propriamente com a animação, se calhar a animação deveria competir mais às autarquias, às Juntas de Freguesia, aos Clubes, às Associações, àquilo que é a vida

f5  
pen  
Am

social local; a Região de Turismo penso que tem essencialmente um papel importante naquilo que é promoção, porque reparamos que, para que um determinado concelho, uma determinada região, se vá expôr no exterior numa Feira, fazer a sua promoção internacional, desenvolver um conjunto de actividades que venham atrair os turistas, que venham atrair eventualmente investidores, os diversos tipos de turistas que podem visitar a nossa região, sejam eles de que sector forem, sejam do turismo de lazer, sejam do turismo de negócios, de praia, de montanha ou do que quer que seja, concerteza que se houver um conjunto de municípios próximos com características ou afins ou complementares que se reúnem para fazer essa promoção de uma forma concertada, estamos a conseguir sinergias, a poupar recursos e a conseguir uma promoção bastante mais eficaz do que se cada um o fizesse de per si; por exemplo se nós quiséssemos que todos os municípios da Região de Turismo, que são catorze, fossem todos à Feira de Madrid, veja quanto isso não custaria e veja quanto é que custa se eles forem todos à Feira de Madrid de uma forma conjunta; portanto eu sou dos que acredito que as Regiões de Turismo são instrumentos importantes, muito embora se lhes possa colocar uma série de questões, nomeadamente no papel da animação, e eu também tenho algumas dúvidas sobre isso e nomeadamente se calhar no modelo de gestão, numa forma de gestão que as Regiões de Turismo hoje têm, aí concordo que poderá haver algumas questões. O facto de haver algumas questões que possam indiciar algum mau funcionamento não quer dizer que a Região de Turismo seja alguma instituição em decadência, eu penso que não é, eu sou dos que acredito nas Regiões de Turismo.

Relativamente à capacidade hoteleira, os Planos de Pormenor existentes e os estudos prévios do próprio PDM, apontam várias localizações onde unidades hoteleiras poderão vir a surgir.

Referia-me agora à questão do Mercado Manuel Firmino e de facto confirmo aqui as palavras do Sr. Presidente relativamente a uma Comissão de vendedores, tive muito recentemente com uma Comissão de vendedores numa reunião, aqui dou uma referência ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que de facto nessa reunião eu próprio frisei a necessidade de na segunda reunião que vamos ter, que o Sr. Presidente da Junta esteja presente e portanto os próprios vendedores poderão testemunhar isso e que esta Comissão pretende no fundo e eu próprio

A  
deu  
[assinatura]

estabeleci com eles um plano de reuniões para que as ideias sobre o Mercado Manuel Firmino se comecem a solidificar, eles próprios vão promover discussão e algum diálogo para que comecem a haver mais ideias e não apenas ideias relativamente aos usos e às funções do Mercado num espaço futuro, num horizonte temporal futuro, mas é também relativamente a questões de funcionamento imediatas, que dizem respeito por exemplo, a organização, limpeza, fiscalização, horário de funcionamento etc., há toda uma série de questões com as quais nós estamos a querer reflectir com essa Comissão para que se solidifiquem ideias e penso que isso é extremamente positivo e eu fiz questão de na próxima reunião que o Sr. Presidente da Junta estivesse também presente.

Relativamente ao Mercado Abastecedor, não há ainda uma localização definitiva, há vários estudos, o próprio PDM aponta algumas localizações que hoje já se consideram desadequadas, nomeadamente aquela junto ao Centro Coordenador de Transportes, onde ele existe actualmente, estudam-se outras localizações alternativas em zonas de equipamento previstas no PDM, mas eu gostava de dizer uma coisa, quando o Sr. Custódio Ramos, diz que Aveiro esteve a ver passar os comboios, não esteve...os comboios é que passaram sem parar aqui, e eu quero explicar esta afirmação; tivemos contactos com a Secretaria de Estado do Comércio durante todo o ano passado, mais do que uma vez, para que um estudo prévio do nosso Mercado Abastecedor pudesse ser eventualmente contemplado com verbas para financiamento de um projecto novo e aquilo que foi a estratégia do Governo anterior, os Mercados Abastecedores era de que, o Governo teria ele próprio criado uma sociedade chamada: Mercados Abastecedores S.A., que promoveu um conjunto de Mercados Abastecedores Centrais, magalómanos que alguns deles foram mesmo construídos, no Porto, Coimbra, Faro, Lisboa, este último que ainda não está construído mas que só para si tem reservado "n" milhões de contos, e isto dá-nos a ideia da dimensão do mercado que é, e o Governo não considerou por isso outras iniciativas regionais; já ultimamente o Governo tinha dado o braço a torcer e este novo Governo, tive já oportunidade de ter uma conversa com o novo Secretário de Estado do Comércio, e este Secretário de Estado vem agora afirmar que a estratégia vai ser completamente invertida já no sentido,



que o financiamento dos Mercados Abastecedores vai deixar de ser apenas para os Mercados Centrais e vai também passar a ser para Mercados sub-regionais localizados noutras regiões para que possam servir e distribuir melhor os produtos. Sobre isto há neste momento uma urgência muito grande, por isso é que ele está em Plano de Actividades e a ser referido e gostava também de dizer que o modelo de gestão que se preconiza para isto não está ainda definitivo, não é ainda o modelo de gestão digamos firme, é evidente que esta é uma área de negócio onde o profissionalismo já existe, quer dizer não estamos a falar do Mercado Municipal, onde tenhamos vendedores quase rurais, vendedores digamos com uma actividade tradicional apenas sem grandes meios e capacidade de gestão, mas estamos a falar já do mundo profissional onde circulam muitos milhões de contos por ano, já no nosso Mercado Abastecedor de Aveiro isso acontece, vários milhões de contos por ano ali circulam e portanto onde as pessoas têm já capacidades de gestão e capacidades de intervenção profundas; para isso o modelo que se preconiza, houve já uma proposta prévia apresentada em reunião de Câmara, que é a da criação de uma sociedade mista, que integre a Câmara, que integre uma Associação de Operadores, e já está constituída posso até dizer isso, houve uma Comissão inicial que avançou já para a constituição de uma Associação de Operadores do Mercado Abastecedor de Aveiro, já existe, já tem pelo menos escritura, eventualmente outras instituições, a tal Mercados Abastecedores SA, do Estado, eventualmente a Associação Comercial, enfim, mas claramente isto passará por um modelo de gestão misto, onde a Câmara tenha intervenção, mas onde a Câmara não seja necessariamente a única a liderar este processo."

Dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 1 Hora e 30 minutos do dia 09.

Pra constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

